

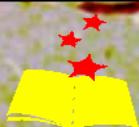
Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar

O BRASIL ENDIVIDADO

Como nossa dívida externa aumentou mais
de 100 bilhões de dólares nos anos 90



Uma herança que vem dos tempos da Colônia
A ditadura militar e a ditadura da dívida
Anos 90: mais pagamento, menos crescimento
Propostas para enfrentar a dívida externa



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

A HISTÓRIA DA DÍVIDA externa brasileira, suas causas estruturais e seus efeitos sociais são analisados em *O Brasil endividado*.

Relacionando a dívida externa, a dívida pública interna e a dívida social, Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar demonstram que o Brasil só conseguirá combinar crescimento econômico com justiça social se enfrentar com coragem e soberania a dívida externa, a “ordem” capitalista mundial e as elites que dela se beneficiam.



Entenda como e por que os governos Collor e FHC aumentaram em mais de 100 bilhões de dólares a nossa dívida externa, e descubra de onde sai o dinheiro para pagá-la.



Reinaldo Gonçalves
Valter Pomar

O Brasil endividado

Como nossa dívida externa aumentou
mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90

2ª reimpressão

COLEÇÃO BRASIL URGENTE



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Maria Vianna
Maurício Balthazar Leal

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

Impressão

Gráfica OESP

1ª edição: junho de 2000
1ª reimpressão: agosto de 2000
2ª reimpressão: março de 2001
Tiragem da 2ª reimpressão: 2 mil exemplares

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar
ISBN 85-86469-24-6

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
ORIGENS E CRESCIMENTO DA DÍVIDA.....	7
Herança colonial.....	7
Novas por velhas.....	8
Ianques, <i>go home</i>	10
Dólar verde-oliva.....	10
Quando a esmola é demais.....	11
A SERVIÇO DA DÍVIDA.....	15
A década perdida.....	15
O retorno dos capitais.....	18
Ela é e(x)terna?.....	21
Um modelo torto.....	22
Juro campeão.....	23
Uma economia vulnerável.....	26
POR UM MILÊNIO SEM DÍVIDAS.....	28
Quem deve para quem?.....	28
A volta do cipó de aroeira.....	29
Teria sido possível.....	32
A campanha contra a dívida.....	33
NOTAS E REFERÊNCIAS.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	37
PÁGINAS PARA PESQUISA NA INTERNET.....	38
ANEXOS - QUADROS E TABELAS.....	39
ÍNDICE DE BOXES.....	47

Reinaldo Gonçalves

Nasceu em 1951, no Rio de Janeiro. É economista, professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); foi membro da Divisão de Questões Monetárias e Financeiras Internacionais, UNCTAD, Genebra (1983-87).

Valter Pomar

Nasceu em 1966, em São Paulo. É historiador e 3º vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos companheiros da *Campanha Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas*, que nos encarregaram de escrever este livro; bem como à Fundação Perseu Abramo, que acolheu a iniciativa.

Nota

As opiniões expressas neste livro são de inteira responsabilidade dos autores e não representam, portanto, posições oficiais de partidos ou correntes políticas.

Apresentação



“Todo ano o sistema financeiro internacional mata mais pessoas do que a Segunda Guerra. Mas, pelo menos, Hitler era louco.”

Ken Livingstone (Ken, o vermelho), prefeito de Londres

O Brasil é um país endividado.

As pessoas e as empresas devem ao sistema financeiro mais de 237 bilhões de reais. Em dezembro de 1999, o valor total de atrasos no pagamento dos empréstimos passou de 24 bilhões de reais.

O setor público brasileiro deve mais de 516 bilhões de reais – este valor inclui a dívida do governo (esferas municipal, estadual, federal e do Banco Central), bem como a dívida das empresas estatais. Isso equivale a 47% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, mais de 432 bilhões de reais são dívidas do governo federal.

A dívida externa brasileira, pública e privada, atingiu 241 bilhões de dólares em dezembro de 1999 (ver Quadro 1 e tabelas 1 a 3, nas p. 39 e 40).

A maior prova de que esse endividamento todo não resultou numa vida melhor para a maioria da população brasileira são os sem-emprego, os sem-terra, os sem-teto, os sem-escola, os sem-saúde... encarnação viva de nossa enorme dívida social.

Dívida social, dívida pública, dívida privada... O governo diz que só poderemos pagá-las se houver crescimento econômico, o que dependeria, por sua vez, de investimento estrangeiro. Que só virá para o país se formos pontuais no pagamento de nossa dívida externa e interna.

Trata-se de uma nova versão da fábula de “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, utilizada pelo regime militar na época do “milagre brasileiro”. Primeiro pagamos os grandes capitalistas, credores de nossa dívida externa e interna. Depois, pagamos a dívida social com a maioria do povo.

Como todos sabem, o dia de dividir o bolo nunca chega. Enquanto isso, as dívidas só crescem, indicando que uma (nova) pane geral pode estar próxima.

Este livro trata principalmente da *dívida externa brasileira*, a ponta do *iceberg*, o nó das várias tramas que devem ser desatadas para que possamos pagar a dívida realmente importante: a dívida social. E para que possamos mudar nossa política

econômica, que tem entre seus pilares a dependência externa e a especulação financeira.

Buscamos sistematizar e atualizar as informações sobre a dívida externa brasileira, contribuindo assim para o debate deste assunto e para a campanha contra a dívi-

da, que terá no ano de 2000 um momento muito importante, com a realização de um grande Plebiscito Nacional, no qual o povo brasileiro poderá dizer o que acha do acordo com o Fundo Monetário Internacional e o que deve ser feito com as dívidas externa e interna.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Um relatório produzido por cerca de duas mil entidades brasileiras foi entregue, em abril de 2000, à Organização das Nações Unidas (ONU), denunciando que o Brasil não está cumprindo o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do qual é signatário desde 1992. O “Relatório da sociedade civil brasileira sobre o cumprimento, pelo Brasil, do PIDESC” analisa o grau de implementação dos

Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

direitos contemplados no Pacto (relacionados aos povos indígenas e outras minorias étnicas, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, discriminação e desigualdades, questões de gênero, situação agrária, desenvolvimento econômico próprio, trabalho e sindicalização, previdência social, descanso e lazer, família, saúde, alimentação e nutrição, criança e adolescente, educação, cultura e moradia).

Os tipos de dívida

Uma dívida pode ser privada ou pública, interna ou externa. Quando falamos que uma dívida é pública ou privada, estamos nos referindo a quem contraiu o empréstimo: se foi uma pessoa física ou uma empresa privada, a dívida é privada; se foi um órgão público, a dívida é pública.

Já quando falamos que uma dívida é interna ou externa, nos referimos ao tipo de moeda em que essa dívida terá que ser paga: se a dívida pode ser paga em reais, trata-se de dívida interna; se a dívida tem que ser paga em moeda es-

trangeira, trata-se de dívida externa. Portanto, existem: dívida pública interna, dívida pública externa, dívida privada externa, dívida privada interna. Na perspectiva do desenvolvimento econômico e social, as dívidas mais importantes são a dívida interna (pública) e a dívida externa (pública mais privada). A primeira impõe constrangimentos ao orçamento público, enquanto a última aumenta a restrição das contas externas e provoca políticas e estratégias de ajuste com efeitos profundos e amplos sobre a sociedade.





Origens e crescimento da dívida

“Política valia tudo. Que também houvesse política lá fora, sim; mas que tinha ele com ela? Teófilo não sabia nada do que ia por fora, exceto a nossa dívida em Londres, e meia dúzia de economistas.”

Quincas Borba, romance de Machado de Assis lançado em 1891 e ambientado no início dos anos 1870.

Herança colonial

Quando veio para o Brasil em 1808, fugindo da invasão napoleônica, D. João trouxe junto a dívida contraída pela Casa Real portuguesa na Inglaterra.

Em 1822, como parte dos acordos de Independência, herdamos a dívida portuguesa, da ordem de 1,3 milhão de libras esterlinas, correspondente a cerca de 30% do valor de nossas exportações.

Para liquidar essa e outras dívidas, o Império nascente contraiu, em 1824, nosso primeiro empréstimo externo, no valor de 3,7 milhões de libras. Foi o começo de uma série de 17, contraídos pelo Império brasileiro no mercado financeiro de Londres, no valor total de 68,2 milhões de libras esterlinas. O Império conseguiu resgatar parte desse valor e transmitiu à nascente República, proclamada em 1889, uma dívida externa de 30,4 milhões de libras.

Vale dizer que grande parte da dívida contraída pelo Império nunca chegou ao

Brasil, tendo ficado em Londres mesmo, para pagar dívidas velhas, bem como para cobrir as comissões de credores e intermediários. De acordo com Frank Griffith Dawson,

“apenas 60% da renda dos empréstimos chegaram à América Latina, grande parte em bens e não em dinheiro [...] Das quantias líquidas realmente colocadas à disposição dos tomadores de empréstimos [...] cerca de dois terços foram enviadas em mercadorias – equipamento militar, provisões navais, produtos têxteis e ferragens”.

Na maioria das vezes, os empréstimos foram intermediados pela casa bancária Rothschild & Sons.

Assim, as indústrias e o comércio exportador britânicos receberam durante o século XIX um enorme estímulo: as exportações para a América Latina subiram de 2,8 milhões de libras (1818) para 6,4 milhões de libras anuais (1825), sendo que

o Brasil respondia por um terço ou até metade desse total.

Novas por velhas

A prática de pagar dívidas velhas com dívidas novas prosseguiu na República. Quando terminou o governo Washington Luís, em 1930, o Brasil devia o equivalente a 237,3 milhões de libras esterlinas.

Uma novidade ocorrida durante a República Velha (1889-1930) é a entrada em cena dos Estados Unidos. Entre 1915 e 1930, os empréstimos públicos brasileiros contratados em Nova York superaram em valor os contratados em Londres. Mesmo assim, a Inglaterra continuou a ser, por muito tempo ainda, nossa maior credora: em 1930, 64,5% do total da dívida pública externa brasileira correspondiam a empréstimos britânicos, contra 30,3% de empréstimos norte-americanos.

O endividamento externo realizado no período do Império e da República Velha serviu, em última análise, para financiar importações de bens manufaturados e exportações de bens primários. Portanto, nas duas pontas o endividamento não servia como estímulo para a industrialização,

pelo contrário. A crise de 1929, a Revolução de 30 e a Segunda Guerra Mundial interromperam este processo e empurraram o Brasil para a industrialização.

No final da República Velha, o Brasil já estava gastando 25% de suas receitas de exportação com o serviço da dívida¹. Em 1931, o governo de Getúlio Vargas, resultante da revolução ocorrida no ano anterior, suspendeu os pagamentos.

Não foi a solução ideal para Vargas, que dizia: “Não pagar não é, nem pode ser, um programa. É uma contingência infeliz, que se pode prever, mas que não é lícito preparar. A esta contingência chegamos numa hora trágica para o Universo”, menção à crise econômica iniciada em 1929, que prejudicou as exportações brasileiras e impediu o país de obter as divisas necessárias ao pagamento da dívida.

Segundo o ministro da Fazenda de Vargas, José Maria Whitaker,

“o Governo se tinha submetido e tinha submetido a Nação aos mais penosos sacrifícios, a fim de que lhe não faltas-

1. *Servir à dívida = amortizar o principal + pagar os juros. Serviço da dívida é o nome que se dá ao valor gasto no pagamento das amortizações e juros.*

Quanto você deve ao mundo

A dívida externa bruta do Brasil já chega a 241 bilhões de dólares, o que corresponde à média de 6 mil dólares para cada chefe de família. Isto é, cada família brasileira já deve ao mundo quase 11 mil reais.

No entanto, como a dívida externa do governo corresponde a 41% da dívida externa total, a dívida externa média de cada família é de aproximadamente 5 mil reais, o restante é dívida das empresas privadas.

A dívida pública externa vai ser paga por meio da tributação. Entretanto, não basta ao chefe de família fazer uma aplicação na caderneta de pou-

pança agora, no valor de 5 mil reais, para arcar com os custos futuros da dívida pública externa. Talvez seja necessário um depósito da ordem de 10 mil reais, isto porque o custo da dívida externa (na forma, por exemplo, de títulos do governo brasileiro, os *global bonds*) será pago com juros equivalentes a quase o dobro (em dólar) da rentabilidade (em dólar) da poupança no Brasil. Como é muito provável que, ao longo dos anos, a correção monetária da caderneta de poupança seja inferior à variação cambial, quando a dívida for “resgatada” você ainda vai ter que colocar mais dinheiro.

sem os recursos para a satisfação integral de todos os compromissos; graças a esta conduta severa, estava em condições de realizar plenamente o serviço de todos os empréstimos brasileiros, com o produto das rendas que arrecadava; essas rendas, porém, eram arrecadadas em papel e não em ouro, e em ouro não podiam ser transformadas por falta absoluta de cambiais [papéis representativos de valor em moeda estrangeira] de exportação; [não havia] no mercado cambial letras em quantidade suficiente para satisfazer ao serviço da dívida externa”.

Coube a Osvaldo Aranha, nomeado ministro da Fazenda em novembro de 1931, auditar o endividamento externo do Brasil. Não havia nos arquivos cópia senão de 40% dos contratos de empréstimos federais: “Os valores reais das remessas também eram ignorados. Não havia contabilidade regular da dívida externa federal. A situação na parte relativa aos estados e municípios era semelhante ou mesmo pior”, informa Valentim Bouças, em seu livro *História da dívida externa*.

A equipe responsável pelo estudo da dívida concluiu que

“as condições dos empréstimos efetuados eram onerosíssimas [contendo] cláusulas vexatórias. Uma cláusula de um destes contratos dava ao banqueiro o direito de, no caso de falta de pagamento dos juros, cobrar, por suas próprias mãos, os impostos, e para esse fim era a administração obrigada a entregar todos os seus livros de lançamentos; em outro, um Estado se obrigou a entregar a determinada firma, escolhida pelo banqueiro, parte do produto do empréstimo destinada a certos trabalhos. E era tão idônea aquela firma que faliu e o Esta-

do, apesar de ter despendido elevada importância, não pode ver realizados aqueles trabalhos”.

Em 1934, Osvaldo Aranha afirmou que

“o Brasil nunca pagou seus empréstimos com seus próprios recursos. Fez sempre novos empréstimos para manter os antigos. Os saldos de sua balança de comércio não lhe permitiram nunca cobrir a balança de contas [...] pagando dívidas com novas dívidas, a nossa política o que fez foi aumentar essas dívidas, ao invés de diminuí-las”.

Para isso contribuíram também os “artifícios usados para postergar pagamentos, com emissão de títulos, que passam a constituir praticamente novos empréstimos”.

A suspensão e a renegociação reduziram o serviço da dívida de 40 milhões de libras esterlinas no biênio 1930-31 para 44 milhões de libras esterlinas nos seis anos seguintes, ou seja, no período 1932-37.

A essa altura, o mundo já estava às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A interrupção da entrada de capitais estrangeiros, somada à queda de nossas exportações, levou à nova suspensão dos pagamentos – em 20 de novembro de 1937, dez dias depois do golpe que deu origem ao Estado Novo.

Em março de 1940, o governo retoma os pagamentos, mas só em novembro de 1943 é acertado um acordo “definitivo” com os credores.

Ao cabo, o estoque total de nossa dívida caiu de 237 milhões de libras esterlinas (em 1939) para 169 milhões de libras esterlinas (em 1945). E sobraram mais recursos para nossa industrialização. Não por acaso, a taxa média anual de crescimento real do PIB brasileiro subiu de 4,4% nos anos 30 para 5,9% nos anos 40.

Ianques, go home

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa, por meio do Plano Marshall: uma “doação” de 14 bilhões de dólares (em valores de 1948, o equivalente hoje a mais de 70 bilhões de dólares).

Já a América Latina, no período 1945-55, remeteu ao exterior o equivalente a 10,5% de suas receitas de exportação, por meio do pagamento do serviço da dívida e da remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas em nosso continente.

Entre 1950 e 1969, a América Latina remeteu 28 bilhões de dólares para o exterior, contra 20 bilhões de dólares de investimentos e empréstimos. O mecanismo principal da sangria foi a remessa de lucros, que chegava a 16% na América Latina.

No período 1947-56, o Brasil recebeu 41 milhões de dólares a título de empréstimos e investimentos. E remeteu, sob a forma de juros e dividendos, 754 milhões de dólares: uma sangria de 713 milhões de dólares.

Isso ajuda a entender por que, naquele período, tanto no Brasil como nos demais

países latino-americanos, grandes lutas políticas e sociais tinham como motivo a defesa da economia nacional, contra o imperialismo e as “perdas internacionais” (ver tabelas 4, 5 e 6, na p. 41).

A mesma situação continuou após esse período. Com exceção de Cuba (que optou por um desenvolvimento econômico não-capitalista) e de curtos períodos na história de alguns países latino-americanos (como o governo de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973), a batalha foi vencida pelos grandes capitalistas e latifundiários locais, que optaram pela condição de *sócios menores do grande capital internacional*.

Essa vitória foi conseguida a ferro e fogo: a começar pela Guatemala, em 1954, os golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos tornaram-se lugar-comum na história latino-americana, abrindo caminho para grandes lucros e para o grande endividamento dos anos 70 (ver tabelas 7 a 10, nas p. 42 e 43).

Dólar verde-oliva

Quando aconteceu o golpe de 1964 no Brasil, a dívida era de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Quando o último presidente-

Dívida e ditaduras

Endividamento e ditaduras militares andaram juntos na América Latina. Em 1962, o governo norte-americano criou um programa de treinamento para as forças armadas do subcontinente. No mesmo ano, o presidente argentino Arturo Frondizi é deposto, dando início a um ciclo de golpes que durou até 1984 e resultou no assassinato e/ou “desaparecimento” de cerca de 30 mil pessoas.

Em 1963, outro golpe depõe o presidente equatoriano. No mesmo ano, os militares depõem o presidente dominicano Juan Bosch; como não

foi suficiente, em 1965 os *marines* invadem o país com o apoio de seis países latino-americanos, para esmagar uma insurreição popular. Em 1964 é a vez do Brasil e da Bolívia. Em 1968, os militares depõem o presidente peruano Belaúnde Terry. Em 1973, é derrubado o presidente chileno Salvador Allende. No mesmo ano, os militares tomam o poder no Uruguai. A contra-revolução preventiva impediu que os países latino-americanos enfrentassem a crise dos anos 70 como fizeram durante a crise dos anos 30.

Fonte: KUCINSKI, Bernardo e BRANFORD, Sue. *A dívida da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

general saiu do Palácio, em 1985, a dívida tinha passado dos 100 bilhões de dólares.

Os primeiros ditadores, que governaram até 1969 (Castelo Branco, Costa e Silva e a Junta Militar), endividaram-se relativamente pouco. Mas prepararam o terreno, principalmente por meio da reforma do sistema financeiro e do “aperfeiçoamento” da legislação relativa à entrada de capitais estrangeiros.

No governo Médici (1969-74), ocorreu o chamado “milagre econômico”: a taxa média anual de crescimento foi de 10,7%. Nesse período, a dívida externa já cresceu mais rápido que nosso Produto Interno Bruto: 211% contra 208%, respectivamente. Em termos de valor, a dívida externa passou de 11% do PIB, em 1969, para 16,6% do PIB, em 1973. O Brasil passa a receber mais empréstimos em moeda do que “capital de risco”.

Entretanto, será no governo Geisel (1974-79) que a dívida externa experimentará seu grande crescimento. Num contexto de crise econômica internacional – que trataremos a seguir –, o governo optou por endividar-se para financiar o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

No período Geisel, a dívida passou de 13,8 bilhões de dólares (fins de 1973) para 52,8 bilhões de dólares (em 1978), um aumento de 283%. A dívida passou a representar 26% de nosso PIB.

No governo Figueiredo (1979-85), o modelo chega ao limite: a partir dos anos 80, o Brasil torna-se exportador líquido de capitais. Em 1984, a dívida correspondia a 48,2% do PIB. Nesses seis anos, o Brasil transferiu para o exterior 21 bilhões de dólares a mais do que havia recebido. O que só foi possível porque o governo estimulou a recessão interna e patrocinou um enorme esforço exportador, para gerar as divisas necessárias ao serviço da dívida (ver tabela, 11, na p. 43).

Quando a esmola é demais...

Depois da Segunda Guerra Mundial e até 1973, o capitalismo viveu seu “período de ouro”: crescimento econômico com pleno emprego e ampliação do bem-estar social de amplos setores da população,

Os investimentos do II PND

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado em 1974, tinha como objetivo concluir a industrialização brasileira. Para isso, foi facilitada a captação de capitais estrangeiros, para investimento em áreas como energia, siderurgia e transporte. Foi o caso da Eletrobrás, das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), da Nuclebrás, da Itaipu Binacional, da Light Serviços de Eletricidade S/A, da Açominas, da Acesita, da Siderúrgica Tubarão, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Siderbrás, da Rede Ferroviária Federal, particularmente a Ferrovia do Aço, da Companhia do Metrô do Rio de Janeiro, da Superintendência da Marinha Mercante, da Transamazônica, da Ponte Rio-Niterói etc. As empre-

sas privadas também se endividaram, mas a maior parte dos empréstimos, nesse período, foi captada por governos e empresas públicas.

A oposição denunciou o caráter faraônico e a corrupção envolvida nos projetos do II PND, assim como os perigos do endividamento externo. No final do governo Geisel, as empresas públicas estavam superendividadas, servindo ainda de captadoras de novos empréstimos, apenas para garantir que o país pudesse honrar o serviço da dívida. Apesar disso, alguns especialistas sustentam que, não fosse o choque do petróleo e a alta dos juros, os investimentos possibilitados pelos empréstimos gerariam os recursos necessários ao pagamento da dívida.

Fonte: CRUZ, Paulo D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

pelo menos nos países centrais (ver tabelas 12 e 13, nas p. 43 e 44). Na periferia do sistema, vários países alcançavam a independência política e buscavam caminhos para a independência econômica.

No final dos anos 60, entretanto, o desenvolvimento econômico dos países capitalistas centrais começa a desacelerar. E nos anos 70 veio a crise.

Foi nesse contexto que o Brasil e outros países contraíram grandes empréstimos, que só foram possíveis porque havia uma enorme massa de capitais disponíveis, até mesmo com juros reais negativos.

Esses capitais foram, principalmente, produto do crescimento que o capitalismo experimentou após a Segunda Guerra Mundial. O crescimento foi tamanho, que parte dos lucros não podia ser reinvestida na produção, sob pena de reduzir ainda mais a taxa de lucro.

Um montante cada vez maior dos lucros começou, então, a ser desviado para aplicações no sistema financeiro internacional, constituindo num primeiro momento o que ficou conhecido como “euromercado”.

Além desse processo estrutural, é preciso lembrar o fim da conversão automática do dólar em ouro, as flutuações cambiais e o aumento no preço do barril de petróleo, que elevou o custo de produção (e os gastos em importação) da maioria dos países do mundo, gerando mais recessão e prote-

cionismo nos países centrais e liberando ainda mais capitais para a especulação.

Esses vários fenômenos estão na origem dos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro internacional para os países pobres e em desenvolvimento.

No início, parecia ser um ótimo negócio para os dois lados. Com os empréstimos, os países pobres e em desenvolvimento compravam produtos das economias desenvolvidas, azeitando economias que estavam em recessão e contribuindo para que elas suportassem melhor a crise. Por outro lado, os empréstimos eram feitos a taxas de juros muito baixas: descontada a inflação, os juros chegavam a ser negativos. Mas uma parte cada vez mais expressiva era emprestada a taxas de juros flutuantes – isto é, podiam variar de acordo com a evolução de taxas internacionais como a Libor e a Prime².

No final dos anos 70, quando o estoque da dívida já era significativo, ou seja, o valor da dívida era muito alto, houve nova mudança na situação internacional, afetando profundamente os países endividados: outro aumento dos preços do petróleo, alta

2. *Libor (London interbank offered rate) e prime rate são duas taxas utilizadas como referência nos contratos a juros flutuantes. A prime rate é uma taxa de juros utilizada para empréstimos no mercado bancário norte-americano; a Libor, utilizada para empréstimos no mercado bancário londrino, foi criada pelo próprio mercado de eurodólares.*

Expansão e crise

O capitalismo alterna ciclos de expansão (por exemplo: 1870-1913 e 1950-1973) com períodos de crise.

A primeira crise do século XX durou de 1929 a 1939 e só foi superada com os investimentos (e com a destruição maciça) provocados pela Segunda Guerra Mundial. A segunda crise teve início em 1973, e vem sendo enfrentada com um coquetel de remédios: enormes déficits públicos

(principalmente nos Estados Unidos), inovações tecnológicas, superexploração da força de trabalho, aumento do comércio (inclusive do comércio especulativo, ou seja, compra e venda de moeda) e doses variáveis de guerra (Guerra Fria, guerras de baixa intensidade, conflitos localizados como os do Vietnã, do Iraque e do Golfo). Mas até o momento as taxas do crescimento capitalista continuam baixas.

dos juros norte-americanos e aprofundamento da recessão.

O preço do barril de petróleo subiu de 12,4 dólares para 34,4 dólares, acarretando um adicional de despesas na balança comercial brasileira de 37,3 bilhões de dólares entre 1979 e 1983.

A recessão mundial dificultava, cada vez mais, nossas exportações. A balança comercial foi pressionada, também, pela deterioração nas relações de troca do Brasil com os países capitalistas centrais: para importar uma mesma quantidade de bens, tínhamos que exportar cada vez mais. Este fenômeno é comum à maioria dos países “atrasados” ou “em desenvolvimento”: a maior parte dos produtos que estes países vendem para o exterior (matérias-primas e produtos agrícolas) têm seus preços constantemente reduzidos, enquanto a maioria dos produtos que estes países importam (manufaturados e máquinas) sobe de valor.

Mas o golpe maior veio com o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos: a taxa básica de empréstimos bancários subiu de 5,7% para 18,8%, entre 1975 e 1984, acarretando para o Brasil despesas extras de 26,6 bilhões de dólares apenas nesse período.

Como resultado, aumentaram o estoque e o serviço da dívida, reduzindo-se a ca-

pacidade de o Brasil obter divisas para viabilizar o seu pagamento. O país, de recebedor líquido de capitais, torna-se um exportador de capitais.

O aumento da taxa de juros norte-americanos fecha o ciclo: os capitais que vieram como generosos empréstimos voltam engordados a seus países de origem. A sangria das riquezas da periferia, feita antes sob a forma principal da remessa de lucros, passou a ser feita sob a forma principal de pagamento da dívida.

Exportando capitais

Durante os anos 80, o Brasil conseguiu um superávit (exportações - importações = saldo comercial positivo) de 99,5 bilhões de dólares na sua balança comercial. Mas acumulou um déficit de US\$ 141, 9 bilhões na balança de serviços. Desse déficit, 97,3 bilhões de dólares eram referentes a juros e 9,1 bilhão de dólares a remessa de lucros e dividendos. Noutras palavras, o Brasil enviou para o exterior, durante a década de 80, a quantia líquida de 42,3 bilhões de dólares. Tornara-se um “exportador” de capitais.

O acordo de Bretton Woods

A conversão automática do dólar em ouro (1 dólar para 0,888 gramas de ouro) foi estabelecida pelo acordo de Bretton Woods. Assinado no dia 22 de julho de 1944, em New Hampshire, Estados Unidos, pelos representantes dos países Aliados, o acordo tratou de três assuntos: sistema monetário, regras comerciais e planos de reconstrução para as economias destruídas pela guerra. O acordo sobre o funcionamento do sistema monetário internacional privilegiou os interesses dos Estados Unidos, mas a conversibilidade automática tentava impor algum tipo de controle

sobre o dólar americano. Ocorre que a expansão da economia norte-americana no pós-guerra gerou uma situação insustentável: o Tesouro americano detinha 13,5 mil toneladas de ouro, o equivalente a 12 bilhões de dólares; nesse mesmo momento, os estrangeiros possuíam 75 bilhões de dólares. Diante desse quadro, em 15 de agosto de 1971, o presidente norte-americano Nixon decretou unilateralmente o fim da convertibilidade do dólar em ouro, o que também significava o fim da paridade fixa entre dólar e ouro e entre o dólar e as outras moedas.

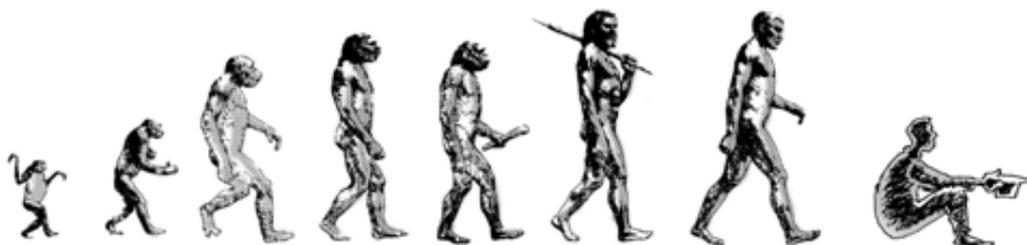
O maior devedor do mundo

Os Estados Unidos são o país mais endividado do mundo. Segundo o economista Eduardo Giannetti, “o estoque da dívida das empresas e famílias nos EUA passou de cerca de 120% para 132% do PIB americano. As famílias americanas têm dívidas que equivalem hoje a 103% de sua renda disponível e os juros absorvem em média 13,4% de seus rendimentos anuais”. O consumo privado, que explica parte da pujança econômica norte-americana, está ancorado por sua vez no mercado financeiro e acionário: 57% da riqueza privada (de pessoas físicas) consiste de ativos financeiros e 43% da população adulta têm investimentos no mercado de ações. As ações representaram 28% da riqueza financeira dos domicílios em 1997. Ainda segundo Giannetti, “os americanos passaram a depender de doses crescentes de poupança externa para cobrir seus gastos (importações) e honrar seus compromissos

(remessas de juros, lucros e dividendos) com o resto do mundo. O déficit em conta corrente dos EUA, que somava perto de 1,5% do PIB em 1994, hoje alcança 4,1% do PIB norte-americano. Isso significa que o mundo está transferindo cerca de 360 bilhões de dólares ano a ano para financiar o sonho americano”. O déficit comercial norte-americano atingiu 271 bilhões de dólares no ano de 1999 e, apenas no mês de janeiro de 2000, chegou a 28 bilhões de dólares. Os Estados Unidos financiam esse nível de consumo e déficit, em parte por serem a locomotiva da economia mundial (20% do valor da produção mundial, estimada em 30 trilhões de dólares); em parte por ser o dólar a moeda mundial de fato; e em parte porque os Estados Unidos beneficiam-se da especulação mundial. Nesse sentido, o serviço da dívida externa brasileira é, de fato, um serviço ao grande capital norte-americano.



A serviço da dívida



Roncou, roncou,/ roncou de raiva a cuíca,/ roncou de fome.../ alguém mandou,/ mandou parar/ – a cuíca é coisa dos home./ A raiva dá pra parar, pra interromper./ A fome não dá pra interromper./ A fome e a raiva é coisa dos home./ A fome tem que ter raiva pra interromper./ A raiva e a fome de interromper./ A fome e a raiva é coisa dos home./

(O ronco da cuíca, de João Bosco e Aldir Blanc)

A década perdida

Nos anos 30, vários países latino-americanos suspenderam total ou parcialmente o serviço de suas dívidas, o que facilitou seu desenvolvimento e sua industrialização.

Nos anos 80, a história foi outra. Em apenas três anos (1981-83) a América Latina desembolsou 81,7 bilhões de dólares como pagamento do serviço da dívida, o dobro do que havia pago durante os anos 70.

O resultado foi a chamada *década perdida*: estagnação econômica, inflação alta e crise social. A crise acelerou a queda das ditaduras, geralmente substituídas por governos civis que continuaram servindo à dívida.

No final de 1981, o governo brasileiro dizia que no ano seguinte haveria uma “sensível melhoria nos indicadores relativos de endividamento externo”. Mas,

em agosto de 1982, o governo mexicano não conseguiu continuar pagando a dívida e declarou moratória. Como reação, os bancos privados praticamente interromperam os créditos novos para os países devedores, inviabilizando assim a continuidade da rolagem “espontânea” da dívida externa.

Tem início, então, um processo de reprogramação e refinanciamento das dívidas externas, sob supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), a quem cabia assegurar o pagamento integral dos juros da dívida. Sem isso, os principais emprestadores dos anos 70, os bancos privados, poderiam quebrar, gerando consequências terríveis para o capitalismo dos países centrais.

A renegociação da dívida com os credores oficiais foi feita pelo chamado Clube de Paris – grupo de países credores, criado em 1956, que mantém laços estreitos com o FMI. A negociação das dívidas com

os bancos privados foi conduzida por um cartel destes, chefiado no caso brasileiro pelo Citybank.

Enquanto os credores atuavam como cartel, os devedores foram tratados caso a caso, vinculando eventuais acordos a adoção de programas de ajuste supervisionados pelo FMI.

A primeira carta de intenções entre o governo brasileiro e o Fundo, assinada em janeiro de 1983, diagnosticou a crise econômica do país como resultado da situação internacional, mas também de fatores internos como: “excessivo endividamento externo”; “excessiva presença de

Os ganhos da “década perdida”

A “década perdida”, paradoxalmente, foi também de enormes avanços organizativos e políticos para os trabalhadores brasileiros: a Anistia (ainda que parcial e “recíproca”), a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o surgimento ou a legalização de outros partidos de esquerda, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a inscrição de importantes direitos na Constituição e o fantástico desempenho da esquerda nas eleições de 1988 e 1989. Nos anos 90, também uma década economicamente perdida, a classe trabalhadora viveu uma fase defensiva.

empresas estatais na economia”; “excessivo volume de incentivos fiscais e subsídios creditícios”; “distorções nas taxas alfandegárias, restrições às importações e operações cambiais”; “aumentos salariais para os trabalhadores, acima da produtividade”.

A criatividade nunca foi o forte do FMI: todos os países vitimados pela crise da dívida receberam o mesmo diagnóstico e o mesmo remédio. Por isso, sofreram basicamente as mesmas conseqüências: recessão econômica acompanhada de altas taxas de inflação, crise social acompanhada de instabilidade política.

A dívida abriu a porta para o neoliberalismo: anos depois, o mesmo diagnóstico seria repetido pelo “Consenso de Washington”.

O programa de ajuste acertado com o FMI visava, a médio e longo prazos, alterar o padrão de desenvolvimento e modificar a forma de inserção do Brasil na economia mundial. De imediato, para honrar o serviço da dívida, tratava-se de gerar megasuperávits comerciais.

As metas firmadas em sucessivas “cartas de intenções” nunca foram plenamente alcançadas. O crescimento das lutas populares e a vitória da oposição liberal nas eleições de 1982 reduziram bastante a margem de manobra do último governo militar, que temia ser derrotado na eleição

O Fundo Monetário Internacional

Os 44 delegados presentes à Conferência de Bretton Woods criaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais conhecido como Banco Mundial). O BIRD seria responsável pelo financiamento de projetos de recuperação e construção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico. O FMI teria a função básica de fornecer recursos finan-

ceiros, tal como um banqueiro de última instância, para aqueles países que apresentassem déficits nas contas externas, decorrentes de conjunturas internacionais adversas.

Na prática, tanto o FMI como o Banco Mundial ganham importância com a crise da dívida, emprestando para aqueles países que se dispõem a adotar programas de ajuste de caráter neoliberal.

Fonte: BARROS, Marcos César Lopes. *Um estudo sobre o papel do FMI no sistema financeiro internacional*. Dissertação de mestrado apresentada no IEI-UFRJ, 1994.

Neoliberalismo e Consenso de Washington

Neoliberalismo: até a Primeira Guerra Mundial, o liberalismo era a doutrina preferida pelos capitalistas. Na política, o liberalismo defendia uma democracia super-restrita, sendo que o direito de voto era muitas vezes limitado aos proprietários. Na economia, o liberalismo defendia o máximo de direitos para o Capital e o mínimo de direitos para o Trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, depois de 30 anos de catástrofes e diante de um forte movimento socialista, os capitalistas transitaram para outra doutrina, segundo a qual cabe ao Estado adotar políticas que previnam as causas e remediem os efeitos das crises econômicas – evitando que elas se transformem em catástrofes, guerras e revoluções. Essa nova doutrina econômica – geralmente chamada de keynesianismo – foi dominante nas décadas de 1950 e 1960. Mas as receitas keynesianas não conseguiram debelar a crise dos anos 70. Com isso, pouco a pouco tornou-se hegemônica entre os grandes capitalistas a doutrina chamada de neoliberal, que recupera as idéias do liberalismo: menos gastos sociais, menos impostos, privatizações, liberdade de comércio, livre trânsito dos capitais, menos sindicatos etc. A doutrina neoliberal orientou a grande ofensiva do Ca-

pital contra os governos socialistas, social-democratas e nacional-desenvolvimentistas, tudo em nome de uma sociedade “mais livre e mais rica”. O resultado está aí para quem quiser ver: 16% da população controlam 80% da riqueza mundial.

Consenso de Washington: a expressão surgiu num encontro organizado na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, pelo Institute for International Economics e patrocinado pelo Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo próprio governo norte-americano, para discutir políticas econômicas para a América Latina. Eis os principais pontos do “consenso”: controle do déficit fiscal, cortes nos gastos públicos, reforma tributária, administração das taxas de juros e câmbio, abertura do mercado e liberação de importações, liberdade para entrada de investimentos externos, privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia, eliminação de barreiras restritivas, redução de direitos trabalhistas, garantia de direitos de propriedade etc. Durante a campanha de 1994, Fernando Henrique Cardoso foi acusado de ser um agente da implantação do Consenso de Washington no Brasil, para concluir a adesão do país à ortodoxia neoliberal, tarefa iniciada por Fernando Collor.

Fonte: ARRUDA, Marcos e QUINTELA, Sandra. *ABC da dívida externa: a vida antes que a dívida*. Salvador, CESE/CONIC, 1999.

presidencial indireta marcada para o início de 1985.

O período em que o governo se submete quase totalmente às exigências do FMI (dezembro de 1983/setembro de 1984) coincide com o auge da campanha pelas eleições diretas para a presidência da República; as eleições terminam sendo indiretas, com a vitória do candidato da oposição liberal, Tancredo Neves. Como este morre antes de tomar posse, um acordo inconstitucional garante a posse do vice-presidente José Sarney (que apenas nove meses antes era presidente do Partido Democrático Social – PDS, que dava sustentação parlamentar à ditadura militar).

Ironicamente, em fevereiro de 1987, caberia ao presidente Sarney informar em

pronunciamento oficial que, devido à queda no superávit comercial e à redução nas reservas brasileiras, o governo decidira suspender unilateralmente todos os pagamentos de juros relativos à dívida externa de médio e longo prazo, devida aos bancos comerciais estrangeiros. Ao mesmo tempo, foram congelados os depósitos comerciais e interbancários em agências de bancos brasileiros no exterior. Segundo Paulo Nogueira Batista Jr., se nenhuma medida fosse adotada, as reservas brasileiras estariam totalmente esgotadas em questão de meses (em fins de fevereiro de 1987, as reservas haviam baixado para pouco mais de 3 bilhões de dólares, o equivalente a menos de três meses de importação).

Adotada por falta de opções, como medida de desespero, por um governo cujo apoio popular era declinante e desacompanhada de medidas que modificassem o modelo econômico brasileiro, a moratória foi rapidamente abandonada. Em novembro de 1987, o governo brasileiro já estava negociando a retomada dos pagamentos.

Mas a normalização das relações com a “comunidade econômica internacional” ainda demandaria algum tempo e a participação de Bresser Pereira, ministro da Fazenda que sucedeu o artífice da moratória, Dilson Funaro; de Marcílio Marques Moreira, embaixador em Washington durante o governo Sarney (1985-1989) e ministro da Fazenda durante parte do governo Collor (1990-1992); de Armínio Fraga, diretor do Banco Central durante o governo Collor; de Pedro Malan, presidente do Banco Central no governo Itamar Franco (1992-1994); e do próprio Fernando Henrique Cardoso. Cada um destes senhores é responsável direto pelo duvidoso mérito de o Brasil ter retomado sua condição de “bom pagador”.

O retorno dos capitais

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, declarou ao Senado que estava “extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa”.

A felicidade tinha uma explicação: o ingresso de capitais estrangeiros ganhara alento em meados de 1991. Processo similar ocorreu em toda a América Latina, com a entrada líquida total de capitais passando de 9,3 bilhões de dólares (1989) para 60,8 bilhões de dólares (1992). A Ásia também conheceu o mesmo fenômeno, que acabou por ser a principal causa da crise asiática que eclodiu em outubro de 1997.

Para atrair esses capitais, o governo brasileiro adotou várias medidas, entre as quais uma elevada taxa de juros. De janeiro de 1992 a junho de 1994, a taxa média anualizada de juros internos foi oito vezes superior à taxa internacional, estimulando as empresas privadas a tomar recursos no mercado externo.

Mas era preciso dar garantias ao capital estrangeiro. Uma dessas garantias foi a assinatura de um acordo de reestruturação

Como se “resolveu” a crise da dívida

O Brasil era, até abril de 1994, o único dos principais devedores latino-americanos que ainda não havia aderido ao chamado Plano Brady. A adesão brasileira foi negociada no final do mandato de Fernando Collor, por um governo profundamente fragilizado, ameaçado de *impeachment*, que tentava apressar a definição das características fundamentais do acordo, com o intuito de criar um fato político capaz de reforçar sua base de apoio externa e suas chances de sobrevivência em face da crescente oposição interna. A

finalização do acordo ocorreu, por sua vez, durante a gestão de um ministro da Fazenda que preparava sua candidatura à presidência da República e encontrava na conclusão da negociação com os bancos estrangeiros um meio de solidificar o suporte internacional a suas pretensões políticas. Por isso, Fernando Henrique estava disposto não só a respeitar integralmente as condições aceitas por Collor como a introduzir modificações nos termos originais que tornaram o acordo ainda mais oneroso para o país.

Fonte: BATISTA Jr., Paulo Nogueira & RANGEL, Armênio de Souza. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. *Caderno Dívida Externa*. São Paulo, Pedex/CESE, n. 7, 1994, p. 33.

da dívida externa, que aparentemente teria encerrado a “crise da dívida”.

Nas negociações realizadas entre 1982 e 1988, os credores eram contrários à redução no valor da dívida. Em 1989, Nicholas Brady, então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, apresentou um plano cujos princípios orientaram o acordo assinado em abril de 1994, no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Logo depois de assinar o acordo, ele seria lançado candidato à presidência da República.

O Plano Brady previa a redução no valor da dívida externa, mediante a redução do principal ou das taxas de juros. Previa, também, a extensão dos prazos de pagamento e a substituição de obrigações com taxas de juros flutuantes por títulos com taxas fixas.

A maioria dos acordos realizados por países latino-americanos, com base nos princípios do Plano Brady, resultaram em descontos moderados, não ocorrendo redução significativa do nível de endividamento.

No caso brasileiro, o acordo firmado em abril de 1994 referia-se apenas a parte da dívida do setor público com bancos comer-

ciais estrangeiros. Em números redondos, o acordo dizia respeito a uma parcela de 49 bilhões de dólares, de uma dívida externa total (em dezembro de 1993) de 145 bilhões de dólares. O desconto efetivo associado ao acordo foi de 3,7 bilhões de dólares ou de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo. Na prática, entretanto, o acordo

“representou o levantamento da moratória parcial que vigorava desde 1989. Com a entrada em vigor do acordo, substituiu-se a dívida velha, sujeita a uma suspensão parcial de pagamentos, por bônus que não permitem a capitalização dos juros. O resultado é um aumento significativo dos pagamentos em comparação com a situação anterior ao início do processo de negociação, quando o Brasil pagava 30% dos juros devidos. [Como resultado] a despesa anual líquida com juros no primeiro ano [de vigência do acordo] alcança 2,5 bilhões de dólares, aproximadamente o triplo da despesa de juros na situação anterior e apenas 600 milhões de dólares a menos do que se pagaria caso estivessem vigentes as condições contratuais anteriores”.

Aumenta a dependência externa

Como resultado da política econômica adotada por Collor e Fernando Henrique, de “abertura comercial e financeira”, o Brasil acumulou, entre 1991 e 1999, um déficit de 132 bilhões de dólares em suas relações com o mundo. Para cobri-lo, o Brasil depende dos capitais estrangeiros, que podem ser divididos em três categorias: empréstimos, investimento direto e capital especulativo.

O capital especulativo, como o próprio nome indica, é de curto prazo e tira mais recursos do país do que traz benefícios. A maior parte do investimento direto foi destinada a compra de empresas (estatais ou privadas). Financiou, portanto, a transferência de patrimônio, não a criação de riqueza nova. Com um agravante: quan-

do estrangeiros, os novos proprietários, mesmo que sua atividade não gerasse um único dólar para o país, passaram a remeter lucros e dividendos para suas matrizes no estrangeiro. Finalmente, os empréstimos: em sua maioria, foram feitos por empresas privadas, que pegaram dinheiro no exterior, a taxas de juros mais baixas que as do Brasil. Esses empréstimos aumentaram a dívida externa, mas geralmente não foram aplicados em atividades que gerassem divisas (e, portanto, que ajudassem a captar os dólares necessários para pagar sua própria dívida). O resultado é que o Brasil se torna cada vez mais dependente do capital estrangeiro, para cobrir os déficits gerados por este mesmo capital, num círculo vicioso.

O Brasil só conseguiu cobrir o serviço da dívida graças ao extraordinário afluxo de capitais, que ampliou “nossas” reservas em moeda estrangeira (ver tabelas 14 e 15, na p. 44).

O fato de conseguirmos “servir à dívida” não implicou redução de seu estoque (ver na tabela 2, na p. 40, a evolução da dívida brasileira entre 1993 e 1999). Tampouco ampliou a capacidade do país de gerar divisas próprias em moeda estrangeira (nesse sentido, o endividamento ocorrido nos anos 90 é pior do que o dos anos 70).

Como subproduto do fluxo de capitais estrangeiros, mas também por motivos político-eleitorais, a nova moeda brasileira, o real, foi artificialmente valorizada em relação ao dólar. Como uma das consequências disto, entre 1995 e 1999, as importações (mais baratas) superaram as exportações (mais caras), gerando um déficit comercial acumulado de 24,7 bilhões de dólares.

No caso da balança de serviços – que registra viagens internacionais, fretes, remessas de lucros, pagamentos de *royalties* e juros da dívida externa –, o déficit acumulado entre 1995 e 1999 é de 122,7 bilhões de dólares (ver tabela 16, na p. 45).

Entre 1994 e 1995, o déficit das transações correntes (soma do déficit comercial com o déficit de serviços) entre o Brasil e o mundo decuplicou, indo de 1,7 bilhão de dólares para 17,9 bilhões de dólares. O déficit acumulado, entre 1995 e 1999, na balança de transações correntes alcançou 134,7 bilhões de dólares!

O crescimento do passivo externo total do país (ver tabela 17, na p. 45) foi acompanhado pelo crescimento da dívida pública interna, que no final de 1999 somava 516 bilhões de reais. A previsão é que, apenas no ano de 2000, o governo federal deverá pagar 69 bilhões de reais aos detentores da dívida interna pública.

O vigoroso fluxo de capitais estrangeiros permitiu, durante um curto período, contornar todos esses déficits. Nos últimos anos, embora crescentemente endividado, o país não atrasou seus pagamentos. Mas, com as crises do México (1994) e do Sudeste Asiático (1997), os capitais começaram a cobrar ainda mais caro para ingressar num “mercado emergente” como o Brasil.

Com a crise da Rússia (1998), as reservas brasileiras caíram velozmente: de 74 bilhões de dólares em abril de 1998, chegamos a 33 bilhões de dólares em março de 1999.

O passivo externo do país

O Brasil sempre foi altamente integrado à economia internacional. Basta lembrar que os recursos saídos daqui, na época colonial, ajudaram no que Marx denominou “acumulação primitiva do capital”. Durante séculos, a atividade econômica brasileira foi dirigida aos mercados europeus e, portanto, submetida aos ciclos daquelas economias.

Com a industrialização, mudou o tipo de conexão do Brasil com a economia capitalista internacional, inclusive com a instalação de importantes multinacionais no país. De 1930 aos anos 80, o centro dinâmico de nossa economia transferiu-se progressivamente para o próprio país. Com

as reformas neoliberais de Collor e de Fernando Henrique, a economia brasileira tornou-se novamente muito vulnerável aos humores da economia internacional. Essa vulnerabilidade expressa-se num crescente passivo externo, que é constituído pelo estoque da dívida externa e pelo estoque do capital estrangeiro investido no país. O passivo externo tem como resultado um conjunto de valores que o Brasil tem de remeter, anualmente, a título de: serviço da dívida, remessa de lucros e dividendos, pagamentos de *royalties*, fretes e seguros, importações etc. Nos anos 90, a dívida externa cresceu, mas o passivo externo cresceu muito mais.

A fuga de capitais comprometeu a capacidade de pagar a dívida e financiar os déficits. Para evitar a suspensão dos pagamentos, o governo brasileiro negociou um empréstimo “preventivo” de 41,5 bilhões de dólares junto ao FMI, ao Banco Internacional de Compensações (BIS) e ao Banco do Japão.

No início de 1999, a maioria dos analistas voltou a falar nas dificuldades para honrar a dívida. Como acontecera nos anos 70, ao fluxo seguiu-se o refluxo. Com um detalhe: o presidente Fernando Henrique e seu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, protagonistas da ida ao FMI nos anos 90, combateram a política de endividamento da ditadura e sua submissão às receitas do Fundo. Quem terá esquecido o que dizia?

Ela é e(x)terna?

Ao final de 1999, a dívida externa brasileira era de 241,2 bilhões de dólares. Deste total, 212,6 bilhões de dólares eram dívida de médio/longo prazo (superior a um ano); e 28,6 bilhões de dólares de dívida de curto prazo.

Da dívida total, 100 bilhões de dólares são dívida do setor público não-financeiro e 141,2 bilhões de dólares são dívida do setor privado. A predominância dos débitos privados é um fenômeno que vem desde 1996, quando os empresários contraíram empréstimos externos a juros baixos, lucrando depois com os altos juros internos.

A distribuição por moeda revela uma absoluta preponderância do dólar norte-americano, cerca de 86% da dívida registrada. Em 1997, 43% da dívida registrada estava nas mãos de bancos comerciais

(brasileiros e estrangeiros, principalmente americanos) e 16% com organismos e agências internacionais (como FMI, Banco Mundial etc.). Outra parte corresponde a papéis negociados no mercado financeiro internacional, pulverização que complica a gestão e a eventual renegociação da dívida.

Segundo o Banco Central, a amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos implicará o desembolso, até o final do mandato do próximo presidente (2006), de um valor superior a 80 bilhões de dólares. Mas o valor final será maior: o Banco Central calcula que os vencimentos de médio e longo prazos para 2000 superarão os 30 bilhões de dólares. A previsão é que a despesa com os juros chegue a 17 bilhões de dólares.

Nossa dívida externa total equivale a 42% da riqueza que o Brasil produz durante um ano inteiro. Ou cinco anos de nossas exportações. Seis vezes as reservas em moeda estrangeira em posse do Banco Central em março de 2000³.

Nos últimos 30 anos (1968/1999), em valores nominais, o estoque da dívida externa brasileira cresceu 237 bilhões de dólares! Se tomarmos como ponto de partida o ano de 1982 (crise do México), o estoque cresceu 158 bilhões de dólares. Se nos limitarmos ao período (1995/1998), correspondente ao primeiro mandato do atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, o estoque da dívida cresceu 99 bilhões de dólares.

3. Em 1999, o PIB brasileiro atingiu 562 bilhões de dólares e as exportações atingiram 48 bilhões de dólares. Em março de 2000, o Brasil detinha 38,4 bilhões de dólares em suas reservas (“caixa”). Conjuntura Econômica, fev. 2000 & Banco Central, Nota para a imprensa, 17 abr. 2000.



Analisando esses números fantásticos, alguém pode imaginar que o Brasil nunca pagou nada. Engano: só durante o primeiro mandato de Fernando Henrique (1995-98), desembolsamos cerca de 128 bilhões de dólares a título de juros e amortização. Quanto mais pagamos, mais devemos. É por isso que muita gente diz que a dívida externa é, na verdade, “eterna”.

Um modelo torto

Com o pagamento do serviço da dívida, parte da riqueza criada no país foi transferida para o exterior e/ou se concentrou ainda mais, ampliando a desigualdade social.

Como o Brasil é um dos países mais desiguais *do mundo* em termos sociais, ao mesmo tempo que é uma das principais

economias mundiais, fica claro que a elite brasileira é co-beneficiária do processo de transferência de riqueza.

A sociedade com o grande capital internacional – inclusive no endividamento – é uma das características do capitalismo brasileiro, ao lado do latifúndio, da superexploração da força de trabalho, da concentração de renda e de propriedade.

A transferência de riqueza para o exterior e a concentração interna de riquezas são faces distintas do mesmo fenômeno. Aliás, nossas elites guardam fora do país um montante substancial de suas riquezas.

Parte da transferência de riqueza ocorreu por meio do chamado “serviço da dívida”. Mas este é apenas um dos mecanismos de transferência de riquezas geradas no Brasil em direção aos centros econômicos mundiais. Há outros mecanismos,

Investimento direto e desnacionalização

A evidência empírica a respeito da desnacionalização da economia brasileira é conclusiva (ver tabela 18). A relação entre o fluxo de investimento externo direto e a formação bruta de capital fixo aumentou de 2,5% em 1995 para 24,6% em 1999.

Como resultado, as empresas estrangeiras, que controlavam 6,8% do estoque de capital fixo total no País em 1995, passaram a controlar 12,4% em 1999. A participação estrangeira no estoque líquido de riqueza total aumentou de 5,7% em 1995 para 9,7% em 1999. O aumento da participação estrangeira no valor bruto da produção não foi menos significativo: 13,5% em 1995 e 24,6% em 1999. Vale ainda mencionar que a participação estrangeira no valor das vendas das 550 maiores empresas aumentou de 33,3% em 1995 para 43,5% em 1998.

No que se refere a um setor-chave da economia – o setor bancário –, a desnacionalização dobrou em quatro anos. A participação dos grandes bancos estrangeiros no total dos ativos do sistema bancário brasileiro aumentou de 11,9% em 1995, para 22,5% em 1998 e cerca de 24% em janeiro de 2000.

Fluxo de investimento bruto = Investimento externo direto (excluindo conversão e descontan-

do a repatriação) / formação bruta de capital fixo (em valores correntes).

Estoque de capital fixo = Imobilizado das empresas estrangeiras / estoque líquido de capital fixo produtivo (estruturas não-residenciais e máquinas e equipamentos); em valores constantes de 1995.

Estoque líquido de riqueza = patrimônio líquido das empresas estrangeiras / estoque líquido de riqueza total (estruturas residenciais; estruturas não-residenciais, máquinas e equipamentos, automóveis e eletrodomésticos; deduzindo depreciação e a dívida externa); em valores constantes de 1995.

Valor bruto da produção = faturamento das empresas estrangeiras / faturamento total das empresas (em valores correntes).

Vendas das grandes empresas = vendas das empresas estrangeiras / vendas das 550 maiores empresas do País (em valores correntes).

Ativos do sistema bancário = ativos dos bancos estrangeiros / ativos totais do sistema bancário brasileiro (em valores correntes).

O dado para o setor bancário em 1999 é uma estimativa preliminar.

Estatizando as dívidas

A dívida privada é paga por quem pegou o dinheiro emprestado, certo? Errado. No Brasil, a dívida pode ser privada, o credor pode ser privado, mas quem paga é você, pois a dívida acaba no colo do Estado, que cobra impostos, aumenta os juros e adota uma política econômica voltada para pagar a dívida, cujos impactos recaem sobre a maioria dos trabalhadores. Inclusive, você. Nos anos 70, por exemplo, foi muito comum o Estado contrair empréstimos no exterior e repassá-los, direta ou indiretamente, sem os riscos cambiais e de juros envolvidos, para

empresas privadas. A partir dos anos 90, o processo se torna ainda mais sofisticado: o grande empresário toma dinheiro emprestado fora do país, a juros muito baixos, vende as divisas para o Banco Central e, com parte do dinheiro, compra títulos da dívida pública interna brasileira, com correção cambial e direito a juros generosos. Se tudo correr bem, ao final do período conseguirá pagar sua dívida graças ao rendimento dos títulos. E se tudo correr mal, por exemplo se houver uma desvalorização do real, os títulos com correção cambial protegem a empresa.

tais como: a) a exportação de produtos brasileiros a preços baixos; b) a importação de produtos estrangeiros a preços altos; c) a venda de ativos brasileiros – empresas privadas ou estatais – a preço baixo; d) a remessa de lucros, dividendos, *royalties* e pagamentos por assistência técnica etc.

Para transferir riqueza, o Brasil necessita dispor de moeda estrangeira: os dólares que saem do Brasil, primeiro devem entrar aqui. Para pagar os juros e amortizar o principal da dívida, não basta ter o necessário em reais; é preciso conseguir divisas (moeda estrangeira: dólares, marcos, ienes, francos, libras etc.).

Entende-se assim a popularidade, nas elites, da teoria segundo a qual o Brasil dispõe de *reduzida poupança interna*: para podermos crescer, precisaríamos de “poupança externa”, seja na forma de empréstimos, investimento estrangeiro direto, capital especulativo ou até mesmo lavagem de narcodólares.

O ciclo de “importação de capitais” dos anos 70 ocorreu basicamente por meio do endividamento externo, que a partir de certo momento tornou-se um círculo vicioso: novas dívidas, para pagar velhas dívidas.

Já o ciclo de “importação de capitais” ocorrido nos anos 90 envolve, além do

endividamento externo, um substancial investimento direto e um enorme volume de capitais especulativos. Entre 1996 e 1998 entraram no Brasil 45 bilhões de dólares de investimentos líquidos estrangeiros. Nesse mesmo período, enviamos 108 bilhões de dólares para o exterior, só a título de juros e amortizações.

Em determinado momento, ocorre a reversão no ciclo e o país se vê diante de uma crise cambial. Não se trata necessariamente da “falta de meios” para honrar o pagamento; trata-se, isto sim, de *falta de divisas*.

Quando chega nesta situação, o governo recorre à estatização das dívidas privadas, ao esforço exportador a “qualquer custo”, à alienação patrimonial, à renegociação das dívidas, à desvalorização cambial e à suspensão dos pagamentos. Em todas essas oportunidades, o prejuízo foi descarregado sobre a maioria dos brasileiros, que não foi consultada sobre o endividamento e não foi também beneficiada com ele.

Juro campeão

A taxa de juros, várias vezes superior aos juros internacionais, tem sido o principal mecanismo de atração de capitais es-

trangeiros. Para se ter idéia da discrepância entre a taxa de juros brasileira e a norte-americana, esta última foi de 6% em maio de 2000, enquanto no Brasil ela era de 18% ao ano. Em novembro de 1997, chegou a ser de 42% ao ano. Isso “inchou” as reservas em moeda estrangeira no Banco Central, que foram de 36,5 bilhões de dólares em 1994 para US\$ 74 bilhões em abril de 1998.

Toda entrada líquida de moeda estrangeira no país é comprada pelo Banco Central, que repassa aos proprietários o valor equivalente em reais.

Para consegui-los, e também para contornar os riscos de inflação, o governo vende títulos no mercado e toma reais emprestados, aumentando a dívida pública inter-

na. Parte dessa dívida é pós-fixada, com base na taxa de juros ou no câmbio.

Tem-se, assim, um capitalismo sem risco: 23% da dívida mobiliária federal fora do Banco Central é corrigida pelo câmbio e 61% pela taxa de juros.

Como os juros são mantidos altos para atrair capitais estrangeiros e para tentar evitar sua saída do país, o resultado é o enorme crescimento da dívida pública interna. A dívida mobiliária federal, por exemplo, saltou de 62 bilhões de reais (1994) para 432 bilhões de reais (2000), em preços correntes de cada ano.

A íntima ligação entre o crescimento da dívida interna e o crescimento do *passivo externo* (aí incluída a dívida e outras obrigações do país em moeda estrangeira) ex-

Empalhando crocodilos

Em 1883, Machado de Assis escreveu uma deliciosa crônica sobre a contratação de empréstimos pelo governo do Brasil junto aos banqueiros Rothschilds em Londres (*Crônicas de Lúlio*, 2 de setembro de 1883). A percepção do nosso escritor era de que havia sido feito um mal negócio, visto que as comissões eram altas. Machado de Assis propunha, então, que as autoridades brasileiras desembarcassem em Londres dizendo que tinham ido lá simplesmente para “empalhar crocodilos” e que quando os senhores Rothschilds, abarrotados de dinheiro, propusessem algum empréstimo, aí sim é que se negociariam melhores condições de empréstimo.

Talvez porque não leram Machado de Assis, as autoridades brasileiras tendem a fazer, de fato, péssimos negócios nas emissões de *global bonds* – cujos lançamentos têm sido utilizados pelo governo brasileiro para captar recursos diretamente no mercado financeiro internacional.

O mercado financeiro internacional se caracterizou no passado recente (1996-97) por um excesso excepcional de liquidez, isto é, por uma disponibilidade extraordinária de recursos para empréstimos. A oferta de recursos era tão elevada que o Banco Internacional de Compensações na Basileia – uma espécie de banco central de bancos centrais –, no seu relatório anual de 1997, fez um alerta quanto aos riscos de contração da

oferta no futuro próximo e de inadimplência de devedores. O drama se repetiria por meio do ciclo vicioso já observado várias vezes na história: excesso de dinheiro no mundo, endividamento descontrolado por parte de governos oportunistas, países com crescente vulnerabilidade externa, aumento do risco, contração da oferta de recursos externos, crise cambial nos países, crises econômicas, sociais e políticas.

A situação de “liquidez empoçada” fez com que praticamente todo título que se pretendesse colocar, por exemplo, em Nova York, fosse vendido com certa facilidade. O problema é sempre o preço. Esse é exatamente o ponto que nos permite afirmar que, no lugar do “sucesso estrondoso”, reverberado por papagaios jactantes, o lançamento dos *global bonds* brasileiros foi, de modo geral, um fracasso.

Tomemos os lançamentos de 1997. A taxa de juro dos *global bonds* foi de 10,125% e consta que os títulos foram lançados com deságio, o que teria elevado a taxa de juros para 10,9%. Essa taxa é muito alta segundo qualquer parâmetro. Ela foi quase o dobro da taxa de títulos do governo da Alemanha e 50% maior do que a dos títulos do governo dos Estados Unidos com mesma maturidade.

Ademais, os *global bonds* foram trocados por títulos lançados em 1994 com taxas muito in-

plica por que o recente acordo entre o governo brasileiro e o FMI estipulou metas precisas de superávit fiscal.

Trata-se de garantir ao investidor estrangeiro que a dívida interna será honrada. Caso contrário, os portadores abandonarão os títulos do governo, transformarão seus reais em dólares e sairão do país, gerando uma crise cambial.

Para que isso não ocorra, o governo faz cortes nos gastos sociais e amplia a cobrança de tributos e impostos. Não existe limite para os gastos com a dívida. Em 2000, o Congresso aprovou uma “Lei de responsabilidade fiscal” que pune o administrador público que não honrar em primeiro lugar... o serviço da dívida.

Ao mesmo tempo que atrai capitais estrangeiros, a alta taxa de juros sobrecarrega a atividade das empresas e pessoas que operam em reais. As grandes empresas, por sua vez, aproveitam o diferencial entre os juros internos e externos, tomando dinheiro emprestado no exterior e aplicando-o no Brasil.

É importante destacar que, apesar de a dívida externa destas empresas ser “privada”, é o conjunto da população que paga por ela. Em primeiro lugar, porque o Tesouro Nacional é seu garantidor em última instância, diretamente ou indiretamente, por meio de títulos públicos com cobertura cambial. Em segundo lugar, porque o esforço de obter dólares para pagar tais dívidas é feito por todo o país, submetido aos efeitos daninhos da alta taxa de juros.

feriores, a saber, *par bonds* (de 4% a 6%), *discount bonds* (Libor mais 13/16, isto é, 6,5%), *C-bonds* (8%).

E mais: se compararmos a taxa dos *global bonds* com aplicações de longo prazo no Brasil, também chegaremos à constatação de que esse lançamento foi um problema grave. Se da rentabilidade nominal dos *global bonds* descontamos uma inflação de 2% nos EUA, a taxa de juro real dos bônus brasileiros comprados nos EUA é de 8,9%, enquanto a taxa de rentabilidade real (descontada a variação cambial) da aplicação na caderneta de poupança no Brasil foi da ordem de 6%. Isso significa, na prática, que a dívida contraída pelo governo Fernando Henrique no exterior tem um serviço na forma de pagamento dos juros sobre os *global bonds* que é, em termos reais, cerca de 50% maior do que a rentabilidade da caderneta de poupança.

A primeira impressão é que estaríamos, assim, violentando a situação óbvia de que, em países ricos em capital, a taxa de juros é menor do que em países pobres em capital. Não é nada disso, o fato é que o governo Fernando Henrique acaba pagando juros elevadíssimos no mercado financeiro internacional porque tem colocado o país numa trajetória de alto risco e tem pouca credibilidade internacional! De fato, às vésperas do lançamento dos *global bonds* de 1997, a revista *The Economist* (22 de março de 1997) classificou o Brasil como o terceiro país de maior ris-

co dentre os países em desenvolvimento, só sendo precedido pelo México e pela Rússia.

O melhor indicador de que a taxa de juros dos bônus do Brasil é muito alta é o fato de que houve um excesso de oferta de recursos para compra dos *global bonds* em 1997. Consta que para o lançamento de 3 bilhões de dólares houve uma oferta da ordem de 16 bilhões de dólares. Ao invés de ser um sinal de sucesso avassalador ou, ainda, de grande confiança da comunidade internacional no governo, esse excesso de oferta refletiu o simples fato de que a oferta depende do preço. Preço excessivamente alto significa uma oferta excepcionalmente elevada, isto é, a taxa absurdamente alta significou uma excepcional oferta de capital externo (grande procura pelos títulos brasileiros). A oferta de qualquer mercadoria está positivamente relacionada com o preço. Para saber disso não precisamos consultar aqueles que se extasiaram com o falso sucesso da emissão dos *global bonds*. Era melhor fazer como Machado de Assis: “Conversei mesmo com um barbeiro, que me provou a todas luzes que o dinheiro é mercadoria.

Ainda seguindo a sugestão de Machado de Assis, o secretário do Tesouro do Brasil, na próxima vez que for a Nova York para fazer mais um lançamento de *global bonds*, se o objetivo for pegar dinheiro mais barato, deve levar um crocodilo para ser empalhado, e não papagaios jactantes.

Uma economia vulnerável

Ao lado dos juros altos, a privatização foi importante na atração de capitais estrangeiros. O governo argumentava que as privatizações permitiriam o pagamento de parte substancial da dívida interna, possibilitariam os investimentos que o Estado não conseguia mais viabilizar, além de melhorar a qualidade dos produtos e serviços.

Segundo o governo federal, de 1991 a 1998 o país teria arrecadado 85 bilhões de reais com as privatizações. Cálculos mostram que – mesmo desconsiderando os preços subavaliados e o impacto social negativo – o governo *perdeu* pelo menos 87 bilhões de reais com as privatizações.

Embora tenha produzido um abatimento contábil na dívida interna, a privatização aumentou a dívida externa e o passivo externo do país. Por exemplo, com os empréstimos contraídos no exterior por empresas privadas que compraram estatais. É o caso da Vale do Rio Doce, uma das maiores estatais brasileiras, que depois de privatizada contraiu um empréstimo bilionário nos Estados Unidos para participar da compra da Light, estatal de energia elétrica.

Além da dívida externa, cresce também o passivo externo do país: quando uma estatal é vendida para proprietários estrangeiros, os novos donos remetem lucros e dividendos para o exterior, sem falar em outras formas disfarçadas de remessa de capitais. A remessa de lucros e dividendos para o exterior triplicou: de 9 bilhões de dólares, no período 1981-90, para 27,3 bilhões de dólares no período 1991-99.



A previsão é de que no ano de 2000 a remessa líquida de lucros e dividendos seja de 5 bilhões de dólares.

Além disso, as ex-estatais passaram a comprar dos fornecedores habituais dos novos proprietários, o que aumentou as importações e, portanto, o déficit comercial. As controladoras estrangeiras vendem no mercado interno brasileiro (em reais) mas compram dos seus fornecedores habituais no exterior (em dólares).

Muitas empresas privadas também foram vendidas para controladores estrangeiros, com um resultado similar ao das privatizações: mais remessa de lucros e mais importações.

Com a abertura comercial (desde 1990) e com o dólar valorizado (desde 1994), o país gerou um déficit comercial acumulado de 23,5 bilhões de dólares durante o primei-

ro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-98). Essas importações foram possíveis graças ao fluxo de capitais estrangeiros: o consumo presente – em reais – foi “financiado” por uma dívida futura – em dólares (ver tabela 19, na p. 45).

A inundação de importados, somada aos altos juros, levou um grande número de empresas ao fechamento ou ao “ajuste”: demissões, ampliação da jornada de trabalho, “flexibilização” de direitos e redução salarial. Como parte do consumo foi realizado a crédito, o desemprego e o fechamento de empresas gerou também uma forte inadimplência.

Grande parte do capital estrangeiro que entrou no Brasil destinou-se à especulação e à aquisição de patrimônio já existente, não resultando, portanto, em novo investimento e crescimento econômico.

O governo brasileiro incentivou o chamado investimento estrangeiro direto, por meio de subsídios e renúncias fiscais. Bancos públicos emprestaram dinheiro para que empresas estrangeiras comprassem nossas estatais. Na chamada guerra fiscal, governos estaduais emprestam dinheiro, doam terrenos e concedem isenção de impostos para atrair empresas sediadas em outras unidades da federação, beneficiando também empresas estrangeiras.

Acontece que a maior parte das empresas beneficiárias orienta suas vendas para o mercado interno (que não gera dólares), ao mesmo tempo que aproveita os recursos públicos para especular, aumentar sua margem de lucro e remeter divisas para o exterior.

Mais recentemente, o governo tem estudado a adoção de maiores incentivos às exportações: as empresas exportadoras (turbinadas por subsídios públicos) venderão ao Estado (a preços de mercado) os dólares obtidos na exportação, tornando-

se detentoras de títulos públicos e, portanto, credoras do mesmo Estado que as subsidiou.

O efeito agregado dessas políticas tem sido: crise social, desemprego e outras medidas concentradoras de renda; redução dos investimentos públicos; transferência patrimonial (do Estado e/ou de capitalistas privados nacionais para grandes capitalistas, geralmente estrangeiros ou associados); e a vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais.

A cada ano, para fechar as contas em dia, o governo paga o preço que o capital estrangeiro exige, mesmo que isso implique cortar aposentadorias miseráveis, concentrar ainda mais a renda, privatizar as últimas estatais, colocar um conhecido especulador na presidência do Banco Central e outro na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aceitando sem contestação a orientação dos Estados Unidos.



Por um milênio sem dívidas

Dia e noite vem de longe, branco e preto a trabalhar, e o dono, senhor de tudo, sentado mandando dar, e a gente fazendo conta pro dia que vai chegar, e a gente fazendo conta pro dia que vai chegar.

Aroeira, Geraldo Vandré.

Quem deve para quem?

Em 1952, Alemanha e Israel concluíram um acordo macabro: como indenização pelo assassinato de 6 milhões de judeus pelos nazistas, entre 1933 e 1945, a Alemanha pagaria o correspondente a 125 bilhões de dólares (valores atualizados).

Se os países endividados exigissem uma reparação pelo seqüestro e assassinato de milhões de indígenas e negros durante os séculos de escravidão, pelo roubo de terras, pelo saque das riquezas naturais, pelos desastres ecológicos, pelas guerras, pelos golpes militares, pelo lixo “cultural”, pela especulação financeira... a indenização a ser paga superaria em muito os 2 trilhões de dólares – quantia equivalente à dívida externa atual do mundo “em desenvolvimento”.

É importante lembrar disso quando falamos da dívida: dependendo do critério,

somos credores e não devedores. Mas, é claro, o critério que prevalece no governo brasileiro e nas instituições dominantes do mundo (como o FMI, o Banco Mundial e o G7) é outro: a dívida é legítima, legal e deve ser paga.

Foi esse o princípio adotado, nos anos 80, pelo FMI, que viabilizou a rolagem da dívida, supondo que as reformas estruturais propostas pelo Fundo normalizariam a situação.

Em meados dos anos 80, começaram a surgir propostas que enfatizavam a redução/reestruturação parcial da dívida, como forma de dar maior fôlego aos países devedores. Essas propostas reconheciam o efeito danoso das políticas do FMI sobre a capacidade de geração de divisas dos devedores; o surgimento de um mercado secundário, em que os títulos da dívida eram vendidos com um forte deságio; e a necessidade de evitar um colapso financeiro dos países devedores, que poderia ter con-

seqüências danosas sobre a economia internacional, ainda que os bancos estivessem mais protegidos do que no final dos anos 70.

Alguns chegaram a defender o perdão total ou parcial da dívida, vinculado à adoção de reformas estruturais propostas pelo FMI e limitado a casos de países extremamente pobres, particularmente africanos.

A renegociação e a reestruturação das dívidas transformaram-nas em bônus comercializáveis no mercado financeiro e abateram uma pequena parcela do estoque da dívida. O efeito sobre a situação dos países endividados foi mínimo.

Hoje surgem propostas de escopo mais amplo, desde a Taxa Tobin até a de uma “nova arquitetura” para a economia internacional. Mesmo especuladores como George Soros advogam a necessidade de controle sobre a especulação financeira, argumentando que sem reformas urgentes o capitalismo pode desembocar numa crise ainda mais grave que a atual.

O grande problema para essas propostas reformistas reside no fato de os Estados Unidos, que em tese seriam “capazes” de reformar o mercado mundial, serem também os maiores beneficiários da atual “arquitetura”. E para manter a “ordem” o governo norte-americano gasta, anual-

mente, 278 bilhões de dólares com suas forças armadas. Repetindo: gastam *todo ano* um valor superior à dívida externa total brasileira.

A volta do cipó de aroeira

Mas, e se a dívida externa já tiver sido paga diversas vezes, sendo seu crescimento fantástico, nos últimos 20 anos, um ato de agiotagem? (ver Tabela 20, na p. 46) E se a dívida externa não for legítima nem legal?

Os pilares da “ordem” capitalista

O “Grupo dos sete” ou simplesmente G7, é formado por Estados Unidos, Japão, França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Canadá, os sete países mais ricos do mundo. Promove periodicamente reuniões de cúpula, para definir políticas econômicas e resolver conflitos políticos. Às vezes a Rússia participa das reuniões; nessas ocasiões, o grupo é denominado G8. O FMI, o Banco Mundial, o G7, a Organização Mundial do Comércio (criada em 1º de janeiro de 1995), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o governo dos Estados Unidos são os pilares da atual “ordem” capitalista mundial.

A Taxa Tobin

Em 1978, James Tobin, professor na Universidade de Yale e prêmio Nobel de economia em 1981, publicou seu artigo mais conhecido propondo a criação de um tributo sobre as transações de câmbio. Sua primeira contribuição sobre o tema é, no entanto, mais antiga. Ela remonta a 1972, pouco tempo depois da dissolução, por iniciativa unilateral dos Estados Unidos, em agosto de 1971, do sistema de taxas de câmbio fixas, criado pelo tratado de Bretton Woods, em 1944.

A Taxa Tobin serviu de base para a criação, em 3 de junho de 1998, na França, da Association

pour une Taxation des Transactions financières pour l’Aide aux Citoyens (Associação por uma taxa sobre as transações financeiras especulativas para ajuda aos cidadãos). A idéia surgiu de um editorial do jornal *Le Monde Diplomatique*, intitulado “Desarmar os mercados”, publicado em dezembro de 1997. Hoje, a Attac é um movimento internacional, com propósitos mais amplos que os originalmente vinculados à Taxa Tobin. Segundo Maria da Conceição Tavares, “em geral, a esquerda não gosta da taxa Tobin porque parece ineficaz”.

Fonte: CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin?*. São Paulo, Edunesp/Attac, 1999.

As taxas de juros flutuantes e, posteriormente, a capitalização dos juros fizeram com que o estoque da dívida crescesse enormemente, apesar de os países devedores terem pago uma ou mais vezes o equivalente ao que lhes fora emprestado.

O povo, que paga a conta, não foi consultado sobre o endividamento, contraído geralmente por ditaduras e/ou aprovado sem os trâmites legislativos adequados.

Parte do dinheiro foi gasto em projetos faraônicos e/ou que beneficiaram grandemente os credores (por exemplo, por meio das importações “casadas” com empréstimos). Outra parte da dívida foi desviada para corrupção, fuga de capitais e outras finalidades similares, de conhecimento dos credores.

Com base nesses e em outros argumentos similares, surgiram propostas de *não-*

A dívida ecológica

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, ampliou-se o processo pelo qual o modelo de desenvolvimento se sustenta pelo consumo da natureza (os recursos minerais e florestais, a biodiversidade, os solos, as águas etc.) e pela exploração do trabalho humano. Esse consumo, indiscriminado e praticamente gratuito, da natureza e do trabalho humano é baseado na destruição e na exaustão do meio ambiente e dos recursos naturais.

O modelo dominante constrói-se por meio do duplo movimento de opressão e superexploração de grande parte da humanidade e do meio natural. Surgem daí os conceitos de “dívida social” e de “dívida ecológica”. O objeto dessa segunda dívida pode ser definido como “o patrimônio vital da natureza, necessário para seu equilíbrio e sua reprodução, que foi consumido e não restituído a ela”. Esse patrimônio “compreende tanto os recursos naturais como as condições ecológicas (pureza do ar, da água, da atmosfera etc.)”.

Um grupo de cientistas norte-americanos conseguiu listar 17 formas de “serviços” que a natureza pode proporcionar ao homem: regulação hídrica, de gases, climática e de distúrbios físicos, abastecimento de água, controle de erosão e retenção de sedimentos, formação de solos, ciclo de nutrientes, tratamento de detritos, polinização, controle biológico, refúgios de fauna, produção de alimentos, matéria-prima, recursos genéticos, recreação e cultura. A durabilidade dos benefícios decorrentes da natureza ou, se se preferir, dos serviços que ela presta à humanidade, depende da manutenção dos processos ecológicos e da diversidade biológica, postos em risco pela exploração excessiva dos recursos naturais e pela destruição dos habitats pelo homem. Temos, portanto, uma enorme dívida para com a natureza.

Mas, desde já, parece claro que o termo “dívida” não é totalmente adequado. De um lado, a natureza não vai reclamar algo que lhe seria devido; de outro, a natureza não pode ser vista como um negócio. Deve ser vista em seu conjunto como a “herança da humanidade”, que precisa ser mantida e manejada para garantir qualidade de vida para hoje e para o futuro. Usamos todavia o termo “dívida ecológica” na tentativa de definir responsabilidades e abrir a possibilidade de penalidades para os que transformaram essa herança da humanidade em base para a acumulação privada desenfreada. Nessa perspectiva, como o capitalismo industrial é dominante nos países do Norte, a dívida ecológica é basicamente de sua responsabilidade.

Se há dívida, há credor e devedor. Se é a natureza que foi afetada, é ela a credora? A natureza por si não tem voz nem fala, não pode declarar-se credora. São os seres humanos, certos setores sociais mais do que outros, que foram privados destes recursos, que são credores em nome dela e em seu próprio. “Em nome dela”? Quer dizer que a natureza tem direitos e que cobramos por ela esses direitos? O credor ambiental, de fato, é a “unidade socioambiental” afetada por uma dívida ecológica. Há dívida ecológica, por exemplo, porque a apropriação privada esgotou as reservas de minério de ferro no entorno de Belo Horizonte ou de manganês na Serra do Navio, no Amapá, deixando as serras e a floresta em estado de total desolação. O credor, dessa forma, é a própria serra, a própria floresta? Pensamos ser mais correto afirmar que os credores são a população de Belo Horizonte e os povos indígenas e os caboclos do Amapá, afetados em sua qualidade de vida, em seu futuro e na possibilidade de usufruir corretamente seu patrimônio coletivo. No segundo caso, o estado do Amapá

pagamento da dívida externa ou, pelo menos, de *suspensão do pagamento, seguida de auditoria*, que verificaria o exato estado das contas, determinando o que pode/deve ser pago. No fundo destas propostas, está a idéia de que a construção de um mundo de igualdade, ou pelo menos de menor desigualdade, passa por subverter os fundamentos econômicos e por inverter o fluxo dos recursos mundiais, que

hoje vai dos pobres para os ricos, passando a ser dos ricos para os pobres.

Na primeira metade dos anos 90, a abundância de capitais estrangeiros abafou a questão da dívida. Mas na segunda metade as crises do México, do Sudeste Asiático e da Rússia reavivaram as críticas ao chamado modelo neoliberal.

No Brasil, em 1999, realizou-se o Tribunal da Dívida Externa, que aprovou um

e, por intermédio dele, o Brasil, são privados de recursos dos quais se poderia dispor estrategicamente e que, de fato, foram esgotados para o enriquecimento de uma minoria.

Pensemos, por exemplo, na Fazenda Cristalina, no Pará, propriedade da Volkswagen nos anos 70, onde foram derrubados e queimados de uma só vez dezenas de milhares de hectares de floresta amazônica. Não é a floresta que pode gritar por reparos. O credor é primeiramente a população diretamente afetada hoje, bem como as gerações futuras, que estão sendo privadas das alternativas oferecidas pelos recursos que não existem mais, já que os acontecimentos de 30 anos atrás nos afetam hoje. Também o conjunto dos cidadãos, mesmo os que não foram atingidos diretamente pela frente pecuária que invadiu a Amazônia nos anos 70, pode se sentir vítima e lesado na medida em que, preocupado com o futuro do país, percebe que o modelo implantado minou a possibilidade de promover na Amazônia um desenvolvimento que garanta justiça social sem destruir a enorme sociobiodiversidade da região.

O credor, além disso, pode ser a instância institucional que representa os interesses dessa população: o município, um conjunto de municípios, o Estado ou a União. E é também, em um sentido mais profundo, embora não exista uma instância institucional que possa responder por ela, a própria humanidade, pois as perdas da natureza a impedem de continuar a prestar os serviços que são essenciais à humanidade.

Por todos esses motivos é que dizemos que o credor é uma "unidade socioambiental", assim como se poderia dizer que a dívida é ecológico-social.

Quem é o devedor? De um modo geral, poderíamos responder que são os consumidores, do Norte e do Sul, pois toda a destruição

socioambiental se processa em nome de um mercado, ao mesmo tempo produtor e a serviço de uma sociedade de consumo. Boa parte da humanidade é assim culpada e/ou cúmplice pela dívida.

O Norte consome mais, mas não basta responder que os culpados são os países industrializados, por causa de seu padrão de produção e consumo. Ao culpabilizar apenas um modelo geral de desenvolvimento, e vagamente um conjunto de países ricos, diluímos as responsabilidades. Não se trata de afirmar exatamente de quem se vai cobrar a dívida ecológica. É preciso distinguir e hierarquizar as responsabilidades, o que muitas vezes é uma tarefa complexa.

Quem é mais responsável pelo efeito-estufa? É fundamental atribuir a cada país industrializado, incluindo suas forças econômicas dominantes, a sua cota, para depois acompanhar seus esforços, se houver, e pressioná-los de forma específica. É importante distinguir o que é devido à atividade industrial e o que é devido à queima de florestas. Na contribuição das queimadas para o efeito-estufa, por exemplo, que em grande parte é responsabilidade do Brasil, é preciso definir quem são os atores concretos desse impacto. As queimadas foram e são produzidas muitas vezes no Brasil por dinâmicas e agentes externos, como no caso já mencionado da Fazenda Cristalina. Existe também todo um modelo de tecnologia agrícola que induz os agricultores ao trato insustentável da terra e de seus ecossistemas.

A quem reclamar pela dívida desse modelo? Às multinacionais da agroindústria, com certeza, mas também à FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), que defendeu entusiasticamente a Revolução Verde, às agências multilaterais de financiamento do desenvolvimento (BIRD e BID), sem falar da responsabilidade das agências governamentais.

Fonte: LEROY, Jean-Pierre. *A dívida ecológica brasileira. Quem deve a quem?* Texto inédito.

veredito que sintetiza as opiniões e propostas de um amplo setor da sociedade brasileira, cuja conclusão básica é que a dívida externa brasileira *é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente: em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores.*

O veredito do Tribunal defende *a união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas; a auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento; a moratória soberana, o rompimento do acordo com o FMI e a redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional; o firme controle do câmbio, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas e de mercadorias em geral.*

Teria sido possível...

Ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique, transferimos para os credores algo como 128 bilhões de dólares, cerca de 233 bilhões de reais. Com esse dinheiro teria sido possível pagar um “bônus” de 1.474 reais para cada brasileiro. Ou dar 45 mil reais para cada família brasileira que vive com até 1 salário mínimo. Ou investir 58 bilhões de reais ao ano, durante quatro anos, para erradicar a pobreza.

Em maio de 2000, o governo dizia que se o salário mínimo subisse para 176 reais isso provocaria um “rombo” superior a 2,2 bilhões de reais nas despesas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no ano 2000. Com o dinheiro gasto com a dívida externa, entre 1995-98, seria possível cobrir este rombo por 106 anos!

O país gastou, em 1997, 67 bilhões de reais com as aposentadorias do setor público e do setor privado. Segundo o governo, houve um déficit de 19 bilhões de reais. Pois bem, com o que se gastou entre 1995-98 com a dívida externa, seria possível cobrir aquele déficit por 12 anos.

Teria sido possível criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis.

O que é um “pobre”

A metodologia do Banco Mundial define “pobre” como aquele que recebe “um dólar por dia” ou aproximadamente 365 dólares ao ano. Segundo este critério, existiriam no mundo 1,3 bilhão de pessoas “abaixo da linha da pobreza” (e 3 bilhões de pessoas com renda inferior a dois dólares diários). Mas nos Estados Unidos o critério adotado desde os anos 60 pela Administração da Seguridade Social era outro: “o custo de uma dieta mínima adequada, multiplicada por três para cobrir outros gastos”. Assim, em 1996,

o governo norte-americano considerava “pobre” uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) que recebesse menos de 16 mil dólares por ano, cerca de 11 dólares por pessoa/dia. Essa discrepância de critérios cria o seguinte paradoxo: enquanto nos Estados Unidos 13,7% da população estaria abaixo da linha da pobreza (segundo os critérios válidos naquele país), no México apenas 10,9% da população viveria nessa situação (segundo os critérios do Banco Mundial).

Fonte: CHOSSUDOVSKY, Michel. *El ajuste econômico: el Perú bajo el dominio del FMI*. Lima, Mosca Azul editores, 1992, p. 83; SADER, Emir. Um capitalismo parasitário. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 abr. 2000.

Ou então criar mais de 10 milhões de empregos diretos em indústria têxteis. Ou, ainda, criar mais de 15 milhões de empregos diretos na construção civil. O desemprego seria sensivelmente reduzido ou até eliminado.

Teria sido possível construir mais de 15 milhões de moradias populares, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de 15 mil reais. Acabaria o déficit habitacional existente no Brasil.

Teria sido possível, entre 1995-98, aumentar o gasto *per capita* do Brasil em saúde de 280 dólares para 479 dólares! E mesmo assim continuaríamos abaixo da Argentina (795 dólares) e dos Estados Unidos (3.858 dólares).

Teria sido possível assentar 5,8 milhões de famílias de agricultores, ao custo de 40 mil reais cada uma. O que acabaria com o problema dos sem-terra no Brasil, estimularia a atividade econômica, baratearia o preço dos alimentos, reduziria a população dos grandes centros e, de quebra, ainda reduziria o poder dos políticos conservadores.

Teria sido possível financiar 50% da produção agrícola brasileira (menos que nos países desenvolvidos, onde o crédito chega a 80% do valor produzido), quando nos três primeiros anos de governo Fernando Henrique o crédito rural financiou apenas 10% da produção agrícola do país.

Teria sido possível muita coisa. Mas na vida real, o governo pratica o não-pagamento da dívida social. Pagamento em dia, só para os grandes capitalistas.

A campanha contra a dívida

Forte nos anos 80, enfraquecida no começo da década seguinte, a campanha contra a dívida ganhou novo alento em meados dos anos 90, no contexto das crises do México, do Sudeste Asiático e da Rússia.

Um estímulo importante veio da encíclica papal sobre a *Chegada do Terceiro Milênio*, na qual se vincula o Jubileu ao perdão da dívida dos países mais pobres.

Segundo Leonardo Boff, o Jubileu remete à *idéia bíblica da “amistia geral” de todas as dívidas (e da escravidão que teriam implicado) a cada 50 anos*. Essa idéia apareceu no Seminário sobre Dívida Externa, em agosto de 1984, em Havana, Cuba.

Nos anos 80, Boff alertava que essa idéia – embora desse “um revestimento bíblico à proposta de moratória” – supunha também a “legitimidade da dívida”: *pedir perdão é reconhecer a própria “culpabilidade” e, o que é pior, é deixar nas mãos dos banqueiros a decisão final*.

Por isso algumas campanhas enfatizam a idéia do **Jubileu 2000**, do “milênio sem dívidas”; outras o Jubileu **2000** – como se a campanha terminasse este ano.

No Brasil, a “Campanha Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas” reúne igrejas, movimentos populares, partidos políticos e outras entidades. Em outros países, a presença da “sociedade civil” limita-se a setores da hierarquia católica e às ONGs.

O Tribunal da Dívida

Em 1998, realizou-se em Brasília um simpósio intitulado “Dívida Externa: implicações e perspectivas”. Nesse simpósio, foi lançada a idéia do Tribunal da Dívida Externa, que reuniu mais de duas mil pessoas no Rio de Janeiro,

em 1999. O veredito final, o parecer dos jurados e a exposição das testemunhas foram reunidos no livro *Tribunal da Dívida Externa: A vida acima da dívida* (Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 2000).

Nossa campanha busca ter um caráter de massas, exigindo mudanças na política do governo. Em outros países, a campanha constitui um “grupo de pressão”, que busca principalmente *sensibilizar* os organismos multilaterais, os governos e os formadores de opinião dos países ricos.

A campanha brasileira e a coalizão Jubileu Sul – lançada em novembro de 1999, em Johannesburgo, na África do Sul, por representantes de 33 países – vinculam fortemente a luta contra a dívida e a luta contra o modelo econômico internacional, destacadamente o comércio desigual e a especulação financeira. Outros setores da campanha internacional priorizam o perdão ou a renegociação da dívida.

A coalizão Jubileu Sul opta pelo confronto com organismos como o FMI e o Banco Mundial, enquanto outras campanhas cooperam com esses organismos, dispondo-se até mesmo a participar de programas de “troca de dívida por investimentos”.

Vale lembrar a profunda diferença existente entre os países devedores. De um lado, há mais de 50 países pobres altamen-

te endividados, que estão em situação falimentar. Para esses países, o Banco Mundial está propondo cancelar dívidas, em troca de investimentos; mas só faz isso para quem aceitar determinadas “condicionalidades”: políticas de ajuste de tipo neoliberal. A “sociedade civil” é convidada a legitimar a dívida e a cooperar com os organismos internacionais na administração dos programas de “cancelamento” e ajuste. No início de 2000, o Banco Mundial falou no perdão de dívidas no valor de 14 bilhões de dólares, quando a dívida total dos países pobres gira ao redor de 372 bilhões de dólares.

Para dourar a pílula, o Banco Mundial fala também em trocar dívida por “programas de combate à pobreza”, particularmente programas na área da educação, políticas compensatórias que não atacam as estruturas geradoras de desigualdade.

De outro lado, há países, como o Brasil, que têm conseguido pagar suas dívidas, a um custo social e econômico altíssimo. Mas o que importa para os credores é que *seus* contratos sejam honrados; os contratos com o povo podem ser quebrados,

A reunião de Havana

Em agosto de 1985, convocados pelo primeiro-ministro cubano Fidel Castro, reuniram-se em Havana para discutir o problema da dívida 1.200 representantes de países latino-americanos, incluindo cinco ex-chefes de Estado e lideranças como Lula. O único chefe de Estado presente, Fidel Castro, apesar de ter lançado uma campanha incisiva pela moratória temporária da dívida, vinha conduzindo as negociações da dívida cubana de forma ordeira e convencional, o que o tornava vulnerável à crítica de que não praticava o que pregava. Fidel respondeu que com exceção de dois ou três grandes países, a única força da América Latina estava na unidade e que pequenos países, como Cuba, não poderiam enfrentar os credores sozinhos e vencer. A reunião de Ha-

vana, a eleição do presidente Alan García no Peru, que impôs um limite às remessas de juros (equivalente a 10% dos ganhos de exportação) e a eleição de um presidente civil no Brasil levaram os chefes de Estado dos 11 países devedores do Grupo de Cartagena a darem um tímido passo em direção a uma ação coletiva na reunião de dezembro de 1985, no Uruguai, quando formaram um comitê permanente de acompanhamento das negociações. Mas nem esse comitê nem os contatos mais freqüentes entre os chefes de Estado resultaram em diligências coletivas junto aos bancos credores. E a dívida continuou a ser honrada, apesar de seu enorme custo social e sem que nenhum passo importante tivesse sido dado em direção a uma solução global.

Fonte: KUCINSKI, Bernardo e BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

como se vê nos confiscos salariais, nas ordens judiciais descumpridas, nas aposentadorias atrasadas, nos direitos sociais não respeitados etc.

Para um país como o Brasil, os organismos multilaterais não sugerem perdão parcial, troca de dívida por investimentos e/ou combate à pobreza. Aqui, trata-se de *sugar o máximo possível, pelo maior tempo possível*. Por isso, a alternativa tem que ser uma decisão soberana, que limite total ou parcialmente os gastos com a dívida, tendo em vista investir os recursos poupados na superação da desigualdade social.

A dívida externa mundial corresponde a cerca de 5% do estoque de capital financeiro existente no mundo: 2 trilhões em 37 trilhões de dólares, segundo cálculos de Eric Toussaint, economista que integra o Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo.

Num só dia, o mercado financeiro internacional de câmbio movimenta recursos equivalentes ao total da dívida externa mundial.

É por isso que o G7 pode se dar ao luxo de prometer o “perdão” de 70 bilhões de dólares das dívidas dos países pobres. Se amanhã toda a dívida externa fosse cancelada, mas continuassem de pé os fundamentos desiguais da economia mundial,

não acabaria a pobreza na Terra. Aliás, novos créditos poderiam até mesmo azeitar partes enferrujadas da economia.

Por isso tudo, é fundamental uma coalizão entre os países devedores, a cooperação entre a campanha da dívida e outras articulações internacionais, bem como a construção de uma agenda própria, que inclua temas como a redução da jornada de trabalho e o combate ao imperialismo. Trata-se de tratar a dívida externa como a ponta do *iceberg*, a partir da qual se pode questionar a ordem econômica mundial e as elites nacionais que oprimem os trabalhadores.

As prioridades orçamentárias

No ano de 1999, o governo Fernando Henrique gastou 11 bilhões de reais no ministério da Educação; 20 bilhões de reais no da Saúde e 1,3 bilhão no ministério que trata da reforma agrária. No mesmo ano, o governo Fernando Henrique gastou 96 bilhões de reais com os encargos financeiros da União. Já o orçamento de 2000 apresentado pelo governo destinava 44% de seus recursos para servir à dívida e apenas 5,99% para a saúde.

Fonte: Banco de dados e documentos do Orçamento da União, Execução orçamentária de 1999, Prodasen.

Pobres e endividados

Os países mais empobrecidos e mais endividados, segundo dados compilados em 1995, são os seguintes: Angola, Bangladesh, Benin, Bolívia, Burkina Fasso, Burma, Burundi, Camarões, Camboja, Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Filipinas, Gâmbia, Gana, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Honduras, Iêmen, Jamaica, Laos, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Niger, Nigéria, Peru, Quênia,

República Centro-Africana, República Popular do Congo, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé/Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Vietnã, Zâmbia, Zimbábue. Em 1994, esses países, a maioria dos quais localiza-se na África e na América Central, com uma população total de 967 milhões de habitantes, deviam juntos 372,8 bilhões de dólares.

Fonte: ARRUDA, Marcos. *Dívida e(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Rio de Janeiro, Vozes/PACS, 1999.

Notas e referências

- p. 5 – As informações sobre os pagamentos atrasados, as dívidas do setor público e a dívida externa brasileira são da *Nota para a imprensa* do Banco Central, de 18/2/2000.
- p. 7 – O dado sobre a dívida portuguesa está em KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 200.
– Sobre nosso primeiro empréstimo externo e a herança deixada para a República ver BOUÇAS, Valentim. *História da dívida externa*. Rio de Janeiro, Edições Financieiras, 1950, p. 39 e 123
– A citação de Frank Griffith Dawson está em *A primeira crise da dívida latino-americana* (São Paulo, Editora 34, 1998, p. 286).
- p. 8 – A informação sobre a dívida no fim do governo Washington Luís e as citações de Getúlio Vargas e de José Maria Whitaker estão na obra já citada de Valentim Bouças, p. 299 e 343-44.
– Sobre o crescimento dos empréstimos norte-americanos ao Brasil ver ABREU, Marcelo de Paiva. *A dívida pública externa do Brasil, 1931-1943. Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, jun. 1975, n. 1, p. 39.
- p. 9 – A citação referente ao estudo da dívida e a de Osvaldo Aranha também estão na obra de Valentim Bouças, p. 350-51 e 353-54.
– Os dados sobre a suspensão e a renegociação da dívida e seu estoque em 1945 são da obra já citada de Marcelo de Paiva Abreu, p. 43 e 40.
- p. 10 – As informações sobre o Plano Marshall estão em GEORGE, Susan. *The Debt Boomerang*. Londres, Pluto Press, 1992, p. XV-XVI.
– Os dados sobre a dívida da América Latina e sobre o Brasil no período 1947-56 estão em KUCINSKI, Bernardo e BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 87-90.
- p. 11 – As informações sobre o endividamento dos governos militares brasileiros foram extraídas de ARRUDA, Marcos. “Prometeu acorrentado”. In: *Dívida externa e igrejas: uma visão ecumênica*. São Paulo, CEDI, 1989.
- p. 13 – Os dados sobre o aumento dos preços do petróleo e da taxa básica de juros de empréstimos bancários estão em GALVEAS, Ernane. *A saga da crise*. Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- p. 15 – A informação sobre o desembolso da América Latina nos anos 80 está no livro já citado de Bernardo Kucinski e Sue Branford, p. 172.
- p. 18 – A informação sobre a crise asiática está em GONÇALVES, Reinaldo. “Crise, vulnerabilidade e dívida externa: América Latina e Brasil”. *Pesquisas*, São Paulo, Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung, n. 15, 1999.
- p. 19 – A citação sobre o acordo de renegociação da dívida brasileira é de BATISTA JR., Paulo Nogueira & RANGEL, Armênio de Souza. “A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados”. *Cadernos Dívida Externa*, São Paulo, Pedex/CESE, n. 7, 1994, p. 25.
- p. 20 – Os dados sobre o déficit comercial e o déficit nas transações correntes no período 1995-99 estão em *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.
– A informação sobre o valor da dívida pública interna em 1999 e o pagamento a ser feito aos detentores da dívida interna pública em 2000 estão no jornal *Valor*, 1º mai 2000.
– O dado sobre a queda das reservas brasileiras está em depoimento do deputado federal Aloízio Mercadante (PT-SP) no Senado Federal, em 05 de maio de 1999, a partir do relatório da CPI dos Bancos do Congresso Nacional.
- p. 21 – As informações sobre a dívida de médio/longo prazo e seus vencimentos são da *Nota para a imprensa* do Banco Central, de 16/3/2000.
– Sobre as despesas com juros, ver o jornal *Valor*, 1º maio 2000.
- p. 23 – O dado sobre os pagamentos de juros e amortizações entre 1996 e 1998 está em *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.
- p. 24 – Os dados sobre as diferenças entre as taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos estão em ARRUDA, Marcos. *Dívida e(x)terna: para o capital tudo; para o social, migalhas*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 62.
– Sobre a correção da dívida mobiliária, os dados são da *Nota para a imprensa* do Banco Central, de 21/2/2000.
– Sobre o crescimento da dívida mobiliária entre 1994 e 2000 ver SANTOS, Fábio Pereira. *O plano real e o crescimento da dívida pública no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada na FGV/EAESP, 2000; e a *Nota para a imprensa* do Banco Central, de 21/2/2000.
- p. 26 – Os cálculos sobre as perdas do governo com as privatizações estão em BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
– Sobre a remessa de lucros para o exterior ver *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.
– Sobre a previsão da remessa líquida de lucros em 2000 ver o jornal *Valor*, 1º mai. 2000.
- p. 28 – A informação sobre a indenização da Alemanha a Israel está em SCHILLING, Paulo. “Dívida externa: quem são os devedores?”. In: *Dívida externa e igrejas: uma visão ecumênica*. São Paulo, CEDI, 1989.
- p. 33 – A citação de Leonardo Boff está no texto de sua autoria “Dívida externa e Teologia da Libertação” (In: *Dívida externa e igrejas*, São Paulo, CEDI, 1989).

Bibliografia

- ARRUDA, Marcos e QUINTELA, Sandra. *ABC da dívida externa: a vida antes que a dívida*. Salvador, CESE/CONIC, 1999.
- ARRUDA, Marcos. *O governo Collor e a dívida externa*. Rio de Janeiro, PACS/FASE, 1990.
- _____. *Dívida e(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Rio de Janeiro, Vozes/PACS, 1999.
- ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1931-1943. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, n. 1, jun. 1975.
- BARROS, Marcos César Lopes. *Um estudo sobre o papel do FMI no sistema financeiro internacional*. Dissertação de mestrado apresentada no IEI-UFRJ, 1994.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *Da crise internacional à moratória brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira; RANGEL, Armênio de Souza. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. *Caderno Dívida Externa*, São Paulo, Pedex/CESE, n. 7, 1994.
- BENEDITO, Mouzar & MARINGONI, Gilberto. *Dívida externa: eles gastam, nós pagamos*. São Paulo, Loyola, 2000.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOUÇAS, Valentim F. *História da dívida externa*. Rio de Janeiro, Edições Financieiras, 1950.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin?*. São Paulo, Editora Unesp/Attac, 1999.
- _____. (Org.) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *El ajuste econômico: el Perú bajo el dominio del FMI*. Lima, Mosca Azul editores, 1992.
- CONJUNTURAECONÔMICA, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, fev. 2000.
- CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DAWSON, Frank Griffith. *A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- DEUS disse: cancelem a dívida! A Bíblia e a dívida externa. Salvador, CESE-CONIC, 1998.
- DÍVIDA externa e igrejas: uma visão ecumênica*. São Paulo, CEDI, 1989.
- DÍVIDAS externas na América Latina e a crise financeira internacional. *Pesquisas*, São Paulo, Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung, n. 15, 1999.
- DOLINGER, Jacob, *A dívida externa brasileira: solução pela via arbitral*. São Paulo, Nova Fronteira, 1988.
- FURTADO, Celso. *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- GALVEAS, Ernane. *A saga da crise*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- GEORGE, Susan. *The debt boomerang*. Londres, Pluto Press/Transnational Institute, 1992.

- GIANETTI, Eduardo. *O sonho americano está em perigo*. São Paulo, Valor, 05 mai. 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. Crise, vulnerabilidade e dívida externa: América Latina e Brasil. *Pesquisas*, São Paulo, Centro de Estudos Konrad-Ademawer-Stiftung, n. 15, 1999.
- _____. *Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- _____. As locomotivas enferrujadas do capitalismo. *Economia Pura*, Lisboa, n. 23, abr. 2000.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. São Paulo, Edusp, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Gesner. *Brasil-FMI: frustrações e perspectivas*. São Paulo, Bional, 1993.
- MINEIRO, Adhemar et alli. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, Rede Brasil, 1998.
- MOURA, Alkimar Ribeiro. *A questão da dívida externa*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir. Um capitalismo parasitário. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 abr. 2000.
- SANTOS, Fábio Pereira. *O plano real e o crescimento da dívida pública no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada na FGV/EAESP, 2000.
- SOROS, George. *A crise do capitalismo*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- TOUSSAINT, Eric. *Deuda externa en el Tercer Mundo: las finanzas contra los pueblos*. Caracas, Nueva Sociedad, 1998.
- TRIBUNAL da dívida externa: *a vida acima da dívida*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 2000.

Páginas para pesquisa na internet

- Asociación por un Tasa a las Transacciones financieras especulativas para Ayuda a los Ciudadanos (Attac): <http://www.attac.org>
- Banco Central: <http://www.bacen.gov.br>
- Banco Mundial: <http://www.bancomundial.org>
- Campanha Jubileu 2000 (site nacional): <http://www.jubileu2000.org.br>
- Comitê pela Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo - CADTM: <http://www.users.skynet.be/cadtm>
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: <http://www.unctad.org>
- Dieese: <http://www.dieese.org.br>
- Fundo Monetário Internacional: <http://www.imf.org>
- IBGE: <http://www.ibge.gov.br>
- Ministério da Fazenda: <http://www.fazenda.gov.br>
- Organização Mundial do Comércio: <http://www.wto.org>
- OTAN: <http://www.nato.int>

Anexos



Quadro 1 – Dívida externa: componentes

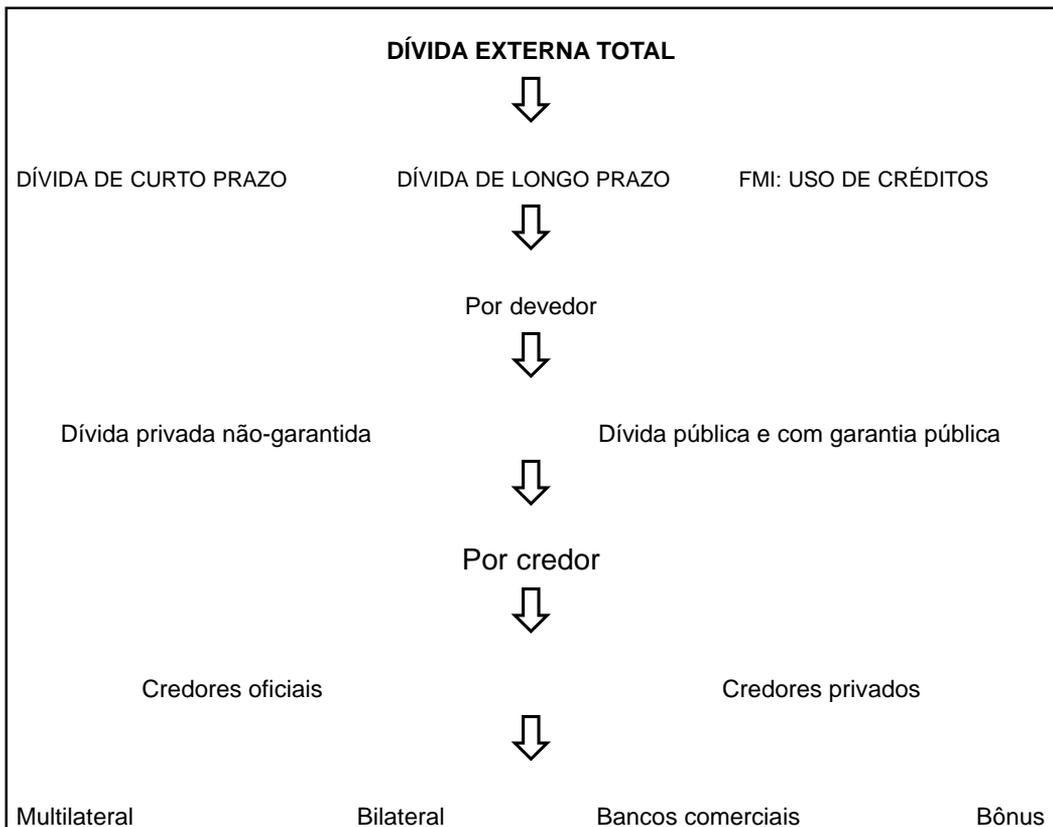


Tabela 1 – Dívida externa total do Brasil, por prazo:
1982-1999 (milhões de dólares)

Ano	Dívida total	Médio e longo prazo	Curto prazo
1979	55.803	49.904	5.899
1980	64.245	53.848	10.397
1981	73.963	61.411	12.552
1982	85.304	70.198	15.106
1983	93.556	81.319	12.237
1984	102.040	91.091	10.949
1985	105.171	95.857	9.314
1986	111.203	101.759	9.444
1987	121.188	107.514	13.674
1988	113.511	102.555	10.956
1989	115.506	99.285	16.221
1990	123.439	96.546	26.893
1991	123.910	92.996	30.914
1992	135.949	110.835	25.114
1993	145.726	114.270	31.456
1994	148.295	119.668	28.627
1995	159.256	129.313	29.943
1996	179.935	142.148	37.787
1997	199.998	163.283	36.715
1998	234.694	210.659	24.035
1999	241.200	212.600	28.600

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000 & Banco Central.

Tabela 2 – Dívida externa total do Brasil, pública e privada:
1993-1999 (milhões de dólares)

Ano	Dívida total	Pública	Privada
1993	145.726	90.613	55.113
1994	148.295	87.330	60.965
1995	159.256	87.455	71.801
1996	179.935	84.299	95.636
1997	199.998	76.247	123.751
1998	234.694	94.902	139.792
1999	241.200	100.000	141.200

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.

Tabela 3 – Crescimento da economia brasileira: 1900-98
(taxa média anual de crescimento real)

Período	PIB
1900-10	4,2
1910-20	4,2
1920-30	4,5
1930-40	4,4
1940-50	5,9
1950-60	7,4
1960-70	6,2
1970-80	8,6
1980-90	1,6
1990-96	2,8

Fonte: Reinaldo Gonçalves, *Globalização e desnacionalização*, p. 81.

Tabela 4 – Dívida externa dos países em desenvolvimento, segundo a região (1996)

Regiões	Dívida total (bilhões de dólares)	Dívida externa/ Exportações de bens e serviços (%)	Dívida externa / Produto Nacional Bruto (%)
Países em desenvolvimento: total	2.177,0	146,2	37,0
Leste asiático e Pacífico	451,8	98,9	30,8
Europa e Ásia Central	451,4	126,3	34,7
América Latina e Caribe	656,5	202,8	41,4
Oriente Médio e Norte da África	220,8	126,8	34,0
Sul da Ásia	161,0	208,8	28,3
África Subsaariana	235,4	236,9	76,2

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance, 1997*, Washington D.C., The World Bank, 1997, volume 1, p. 190-203.

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

Tabela 5 – Dívida e vulnerabilidade externa da América Latina: indicadores, 1980, 1990 e 1996 (em percentagem)

	1980	1990	1996
Dívida externa total / exportação de bens e serviços	201,8	255,9	202,8
Dívida externa total / produto nacional bruto	36,8	46,5	41,4
Serviço da dívida total / exportação de bens e serviços	36,3	24,4	30,0
Pagamento de juros / exportação de bens e serviços	19,3	12,2	11,8
Pagamento de juros / produto nacional bruto	3,4	2,2	2,4
Reservas internacionais / dívida externa total	22,3	12,3	21,8(*)
Reservas internacionais / importação de bens e serviços	4,3	3,6	4,9*
Dívida de curto prazo / dívida total	26,7	16,3	18,6

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance, 1997*, Washington D.C., 1997, v. 2, p. 26.

Notas: Dados preliminares para 1996, sujeitos a revisão.

(*) Dado para 1995.

Tabela 6 – Dívida e vulnerabilidade externa do Brasil: 1980, 1990 E 1995 (em percentagem)

	1980	1990	1995
Dívida externa total / exportação de bens e serviços	306,5	324,6	269,8
Dívida externa total / produto nacional bruto	31,2	28,1	24,0
Serviço da dívida externa / exportação de bens e serviços	63,3	22,2	37,9
Pagamento de juros / exportação de bens e serviços	33,9	6,1	18,9
Pagamento de juros / produto nacional bruto	3,5	0,5	1,7

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance, 1997*, Washington D.C., 1997, volume 2, p. 112.

**Tabela 7 – Dívida externa total da América Latina:
1980, 1990 e 1996 (em bilhões de dólares)**

	1980	1990	1996
Estoque total (A + B + C)	257,3	474,9	656,5
A) Dívida de longo prazo	187,3	379,2	510,7
Dívida pública e c/ garantia pública	144,8	354,1	424,7
Dívida privada não-garantida	42,5	25,1	86,0
B) FMI: uso de crédito	1,4	18,3	26,7
C) Dívida de curto prazo	68,6	77,4	122,0
Dos quais, atrasados	0,1	25,6	2,5

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., The World Bank, 1997, v. 1, p. 190-203.

Nota: Dados preliminares para 1996, sujeitos a revisão.

Tabela 8 – Dívida externa total da América Latina, por país (1995)

País	Dívida Externa Total (bilhões de dólares)	Produto Nacional Bruto (bilhões de dólares)	Dívida externa total / exportação de bens e serviços (%)	Serviço da dívida total / exportação de bens e serviços (%)
México	165,7	237,1	343	56
Brasil	159,1	663,6	289	31
Argentina	89,7	271,4	359	34
Venezuela	35,8	73,2	188	21
Peru	30,8	56,9	431	30
Chile	25,6	59,1	154	23
Colômbia	20,8	73,7	148	28
Equador	14,0	16,6	322	24
Nicarágua	9,3	1,6	2.050	36
Costa Rica	3,8	8,9	112	16
Honduras	4,6	3,7	291	30
Panamá	7,2	7,1	82	4
Bolívia	5,3	5,8	427	31
El Salvador	2,6	9,6	89	12
Trinidad e Tobago	2,6	4,8	100	24
Uruguai	5,3	16,4	150	19
Rep. Dominicana	4,3	11,7	142	13
Jamaica	4,3	3,2	133	19
Barbados	0,6	1,7	66	12
Guatemala	3,3	14,7	116	12
St. Kitts e Nevis	0,06	0,2	41	4
Paraguai	2,3	7,8	58	8
Belize	0,3	0,6	74	9
Guiana	2,1	0,6	346	17
Haiti	2,1	0,6	330	8
St. Vincent	0,2	0,2	—	—
Dominica	0,1	0,2	80	6
Granada	0,1	0,3	88	6
St. Lucia	0,1	0,5	32	3

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., 1997, volume 2, p. 53-58.

**Tabela 9 – Os países mais endividados da América Latina:
1980, 1990 e 1995-97 (valores em US\$ bilhões)**

Países	1980	1990	1996	1997
A. Latina: dívida total	257,3	474,9	629,1	644,6
México	57,4	104,4	160,0	156,0
Brasil	71,5	119,6	178,1	188,2
Argentina	27,2	62,2	99,1	108,0
Peru	9,4	20,1	33,6	27,9
Chile	12,0	19,2	23,0	26,9
Colômbia	6,9	17,2	29,2	31,7
Venezuela	29,3	33,2	35,3	33,3

Fonte: 1980-90 – Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., The World Bank, 1997, volume 2.

1995-97 – CEPAL, Indicadores Económicos, Santiago, Chile, Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, março 1998, p. 47.

Tabela 10 – Serviço da dívida externa da América Latina: 1980, 1990 e 1996 (em bilhões de dólares)

	1980	1990	1996
Serviço da dívida: total	46,3	45,4	97,3
Principal: repagamento	21,7	22,8	59,1
Juros	24,6	22,6	38,2
Longo prazo	17,6	18,6	30,2
FMI	0,1	1,5	1,1
Curto prazo	6,9	2,5	6,9

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., The World Bank, 1997, volume 2, p. 26.

Nota: Dados preliminares para 1996, sujeitos a revisão.

Tabela 11 – Balança comercial do Brasil, em milhões de dólares (1980/1999)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1980	20.133	22.954	-2.821
1981	23.292	22.092	1.200
1982	20.176	19.395	781
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.006	13.916	13.090
1985	25.642	13.154	12.488
1986	22.349	14.045	8.304
1987	26.224	15.053	11.171
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.862	20.554	15.308
1993	38.597	25.659	12.938
1994	43.545	33.105	10.440
1995	46.506	49.664	-3.158
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.990	61.347	-8.357
1998	51.120	57.594	-6.484
1999	48.006	49.212	-1.206

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.

Tabela 12 – Taxa de crescimento do PIB real: principais economias capitalistas, séculos XIX e XX

País/Período	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-2000	1820-2000
EUA	4,5	3,9	2,8	3,6	2,6	3,6
Grã-Bretanha	2,0	1,9	1,3	3,0	1,9	2,0
Japão	0,3	2,3	2,2	9,3	3,0	2,7
França	1,2	1,5	1,1	5,0	2,1	1,9
Alemanha	1,6	2,8	1,3	5,9	2,2	2,5
Média	2,4	2,5	2,0	4,9	2,5	2,7

Fontes e Notas: Elaboração de Reinaldo Gonçalves com base em dados de Angus Maddison, *Dynamic Forces in Capitalist Development. A Long-run Comparative View*, Oxford University Press, 1991, p. 50; e IMF, *World Economic Outlook*, Washington D.C., International Monetary Fund, October, p. 172. Dados para 1999-2000 referem-se a projeções.

A média para cada período entre 1820 e 1973 refere-se à média aritmética das taxas das 16 principais economias capitalistas avançadas. A média para o período 1973-2000 refere-se à taxa média ponderada para 28 economias capitalistas avançadas.

Tabela 13 – Taxa de crescimento do PIB real *per capita*: principais economias capitalistas, séculos XIX e XX

País/Período	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-2000	1820-2000
EUA	1,5	1,8	1,6	2,2	1,5	1,7
Grã-Bretanha	1,2	1,0	0,8	2,5	1,6	1,3
Japão	0,1	1,4	0,9	8,0	2,4	1,9
França	0,8	1,3	1,1	4,0	1,7	1,5
Alemanha	0,7	1,6	0,7	4,9	2,0	1,6
Média	0,9	1,4	1,2	3,8	1,9	1,6

Fontes e Notas: Elaboração de Reinaldo Gonçalves com base em dados de Angus Maddison, *Dynamic Forces in Capitalist Development. A Long-run Comparative View*, Oxford University Press, 1991, p. 49 e IMF, *World Economic Outlook*, Washington D.C., International Monetary Fund, October, p. 176. Dados para 1999-2000 referem-se a projeções.

A média para cada período entre 1820 e 1973 refere-se à média aritmética das taxas das 16 principais economias capitalistas avançadas. A média para o período 1973-2000 refere-se à taxa média ponderada para 28 economias capitalistas avançadas.

Tabela 14 – Fluxo de recursos externos de longo prazo para a América Latina: 1980, 1990 e 1996 (em US\$ bilhões)

	1980	1990	1996
A) Fluxo líquido de recursos:	29,9	21,6	69,2
– Empréstimos	23,2	10,0	23,8
– Investimento externo direto	6,1	8,1	25,9
– Investimento de portfólio	0	1,1	16,5
– Doações	0,6	2,4	2,9
B) Pagamento de capital	22,5	25,0	42,6
– Juros da dívida	17,6	18,6	30,2
– Remessa de lucros	4,9	6,4	12,4
C) Transferência líquida (A - B)	7,5	-3,3	26,6

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., The World Bank, 1997, v. 2, p. 26.

Nota: Dados preliminares para 1996, sujeitos a revisão.

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 1997, Washington D.C., 1997, v. 2, p. 26.

Notas: Dados preliminares para 1996, sujeitos a revisão.

Tabela 15 – Reservas em moeda estrangeira no Banco Central brasileiro, 1982-1999, conceito caixa (US\$ milhões)

1979	9.689	1990	9.973
1980	6.913	1991	9.406
1981	7.507	1992	23.754
1982	3.994	1993	32.211
1983	4.563	1994	38.806
1984	11.995	1995	51.840
1985	11.608	1996	60.110
1986	6.760	1997	52.173
1987	7.458	1998	44.556
1988	9.140	1999	36.342
1989	9.679		

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.

Tabela 16 – Balança de serviços do Brasil 1994-99, em valores líquidos (bilhões de dólares)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Viagens internac.	-1.181	-2.419	-3.593	-4.376	-4.146	-1.437
Transportes	-2.441	-3.200	-3.480	-4.123	-4.150	-2.802
Seguros	-132	-122	-62	73	82	-127
Lucros/dividendos	-2.483	-2.590	-2.374	-5.597	-7.182	-4.058
Juros líquidos	-6.338	-8.158	-9.840	-10.391	-11.947	-15.170
Outros	-2.085	-1.910	-1.912	-2.333	-2.883	-1.618
Saldo	-14.743	-18.594	-21.707	-26.897	-30.351	-25.212

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.

Tabela 17 – Passivo externo da economia brasileira (estoque): 1994-1997 (em bilhões de dólares)

	1994	1995	1996	1997
Passivo externo total	213,4	227,9	275,5	320,9
Dívida externa total	148,2	159,2	179,9	199,9
Investimento externo direto (IED)	39,9	44,5	54,4	71,5
Investimento de portfólio	25,2	24,2	41,2	55,6
Ativos externos do Brasil	63,9	70,8	83,2	74,5
Passivo externo líquido	149,5	157,1	192,3	246,4

Fonte: Reinaldo Gonçalves, *Globalização e desnacionalização*, p. 75.

Tabela 18 – Desnacionalização da economia brasileira: indicadores, 1995-99 (Indicadores da participação do capital estrangeiro em %)

Participação do capital estrangeiro	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxo de Investimento bruto	2,5	6,1	10,2	15,4	24,6
Estoque de capital fixo	6,8	7,8	9,2	10,5	12,4
Estoque líquido de riqueza	5,7	6,3	7,0	8,0	9,7
Valor bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	nd
Ativos do sistema bancário	11,9	13,6	21,1	22,5	24,0

Fonte: Gonçalves, Reinaldo. Desnacionalização econômica. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, Corecon-RJ, nº 131, mar. 2000, p. 3-4.

Notas: (nd) não disponível.

Tabela 19 – Serviço do passivo externo do Brasil: lucros, juros e amortizações: 1994-1997 (em bilhões de dólares)

	1994	1995	1996	1997
Juros	-6.388	-8.168	-9.173	-10.390
Lucros e dividendos	-2.483	-2.590	-2.374	-5.597
Amortizações (pagas) da dívida externa	-11.001	-11.023	-14.419	-26.021
Total	-19.872	-21.781	-25.966	-42.008

Fonte: Reinaldo Gonçalves, *Globalização e desnacionalização*, p. 76.

Tabela 20 – Amortização do principal e pagamento de juros da dívida externa brasileira, 1979/1999 (bilhões de dólares)

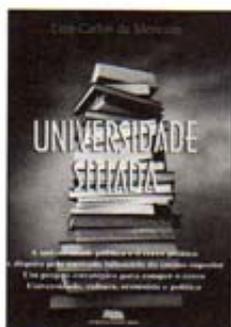
Ano	Amortizações (pagas e refinanciadas)	Juros líquidos
1979	6,4	4,2
1980	5,0	6,3
1981	6,2	9,2
1982	6,9	11,4
1983	6,9	9,6
1984	6,5	10,2
1985	8,5	9,7
1986	11,6	9,3
1987	0,82	8,8
1988	17,1	9,8
1989	14,6	9,6
1990	8,8	9,7
1991	7,8	8,6
1992	8,6	7,3
1993	9,9	8,2
1994	50,4	6,3
1995	11,0	8,2
1996	14,3	9,8
1997	28,7	10,4
1998	33,6	11,9
1999	51,9	15,2

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000.

Índice de boxes

Direitos econômicos, sociais e culturais.....	6
Os tipos de dívida.....	6
Quanto você deve ao mundo.....	8
Dívida e ditaduras.....	10
Os investimentos do II PND.....	11
Expansão e crise.....	12
Exportando capitais.....	13
O acordo de Bretton Woods.....	13
O maior devedor do mundo.....	14
Os ganhos da “década perdida”.....	16
O Fundo Monetário Internacional.....	16
Neoliberalismo e Consenso de Washington.....	17
Como se “resolveu” a crise da dívida.....	18
Aumenta a dependência externa.....	19
O passivo externo do país.....	20
Investimento direto e desnacionalização.....	22
Estatizando as dívidas.....	23
Empalhando crocodilos.....	24
Os pilares da “ordem” capitalista.....	29
A Taxa Tobin.....	29
A dívida ecológica.....	30
O que é um “pobre”.....	32
O Tribunal da Dívida.....	33
A reunião de Havana.....	34
As prioridades orçamentárias.....	35
Pobres e endividados.....	35

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo



Universidade sitiada

A ameaça de liquidação da universidade brasileira
Luís Carlos de Menezes

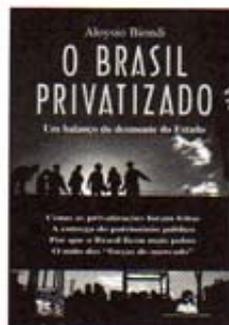
A universidade pública brasileira está sendo ameaçada por uma política de desmonte institucional, que tem desguarnecido serviços essenciais como educação e saúde e desmobilizado os instrumentos de apoio à cultura e à economia nacional. Este livro faz um diagnóstico dessa situação e traz propostas para se romper o cerco que põe em risco mais de um século de esforços para a constituição da universidade no Brasil e todos os seus frutos: formação superior, pesquisa científica, produção cultural e tecnológica. • 64 páginas / R\$ 7,00 •

Mais de 125 mil
exemplares vendidos

O Brasil privatizado

Um balanço do desmonte do Estado
Aloysio Biondi

Como se construiu o mito das privatizações? Quais os grupos beneficiados? Por que o Brasil ficou mais pobre depois delas? Essas são algumas questões que o jornalista Aloysio Biondi analisa neste livro. A partir de suas respostas, desenha-se um dramático balanço – fartamente documentado – dos resultados que a política de privatizações deixou para o país na área social e econômica. • 48 páginas / R\$ 5,00 •



Reforma política

Instituições e democracia no Brasil atual
José Dirceu e Marcus Ianoni

O que é reforma política? Quais os interesses em jogo quando se discutem mudanças na legislação eleitoral e dos partidos políticos? O que os partidos de esquerda têm a propor como alternativa ao projeto do governo FHC nesta área? Estas e outras questões são abordadas neste livro, em linguagem direta e acessível, por José Dirceu – deputado federal e presidente do PT – e pelo professor Marcus Ianoni. • 48 páginas / R\$ 5,00 •

O Brasil desempregado

*Como foram destruídos mais
3 milhões de empregos no Brasil nos anos 90*
Jorge Mattoso

Abordando questões como a precarização das condições e relações de trabalho, a desestruturação produtiva e o achatamento salarial que vem atingindo os trabalhadores no Brasil, Jorge Mattoso – economista e professor da Unicamp – mostra como as opções políticas e econômicas feitas pelos governos Collor e FHC levaram à destruição de mais de 3 milhões de empregos nesta década. • 48 páginas / R\$ 5,00 •



Visite a Fundação Perseu Abramo na internet: www.fpabramo.org.br
Correio eletrônico: fpabramo@fpabramo.org.br